



Temas da atualidade.

Algumas entrevistas da página eletrônica do IHU

Editorial

Nesta semana, a revista *IHU On-Line* destaca, em seu tema de capa, um serviço que vem conquistando novos leitores a cada dia que passa. Trata-se da “Entrevista do Dia”, do sítio do IHU, publicada juntamente com as *Notícias do Dia*, que são atualizadas diariamente, de segunda a segunda. Nesta edição da *IHU On-Line*, sem um tema de capa específico, destacamos algumas entrevistas publicadas recentemente.

Anselmo Ruoso, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina, reflete sobre os desafios para o sindicalismo brasileiro frente às grandes mudanças do mundo do trabalho; **Antonio Brand**, antropólogo, analisa o impacto da produção de cana-de-açúcar em vista do etanol sobre as populações indígenas no Mato Grosso do Sul; **Joana de Vilhena Novaes**, psicóloga, analisa o padrão de beleza na sociedade contemporânea; a bióloga **Luiza Chomenko** aponta os riscos do cultivo da monocultura; **Marcos Arruda** analisa o plebiscito sobre a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce; o antropólogo italiano **Massimo Canevacci** fala sobre os desafios da pesquisa na área da comunicação digital; o professor **Rafael**

Haddock-Lobo discorre sobre a filosofia de Emmanuel Lévinas e sua relação com Heidegger, Husserl e Derrida; e a ativista feminina **Ochy Curriel** reflete, de maneira instigante, sobre o lesbianismo feminista.

A ética teleológica é a solução para o desacordo moral contemporâneo? Esta é a questão abordada por **Fernando Rodrigues Montes D’Oca**, filósofo, a partir da reflexão sobre a obra *After virtue*, de Alasdair MacIntyre.

Por sua vez, os filmes *Brazil - O filme*, de Terry Gilliam, e *Um dia sem mexicanos*, de Sergio Arau, são comentados pela Profa. Dra. **Gláucia Angélica Campregher** e pela Profa. Dra. **Silvia Polgati**, respectivamente. A historiadora **Beatriz Franzen** fala sobre a visão de Borges Fortes sobre os açorianos. E, finalmente, o físico **Renato Portugal** discute os impactos da computação quântica, “esta nova área da investigação científica que muda profundamente nossas concepções sobre computação”.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Leia nesta edição

PÁGINA 01 | Editorial

A. Tema de capa

» ENTREVISTAS

PÁGINA 03 | Anselmo Ruoso: “Nunca foi tão difícil ser sindicalista como nesse momento”

PÁGINA 11 | Antonio Brand: O impacto do etanol sobre as populações indígenas

PÁGINA 17 | Joana de Vilhena Novaes: “A revolução feminista não transformou o papel da mulher, mas agregou funções a ela”

PÁGINA 21 | Luiza Chomenko: A cultura do monocultivo é sempre um risco

PÁGINA 24 | Marcos Arruda: Plebiscito sobre a anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce

PÁGINA 29 | Massimo Canevacci: Comunicação digital: poros, pesquisa e desafios

PÁGINA 33 | Rafael Haddock-Lobo: Lévinas: justiça à sua filosofia e a relação com Heidegger, Husserl e Derrida

PÁGINA 37 | Ochy Curiel: Pensando o lesbianismo feminista

B. Destaques da semana

» Entrevista da semana

PÁGINA 40 | Fernando Rodrigues Montes D’oca: Ética teleológica: solução para o desacordo moral contemporâneo?

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 43 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» EVENTOS

PÁGINA 45 | Agenda da Semana

PÁGINA 47 | Gláucia Campregher: A invencível burocracia brasileira

PÁGINA 49 | Renato Portugal: Agilidade: computação quântica

PÁGINA 53 | João Guilherme Barone: A Revolução Farroupilha a partir do imaginário popular

PÁGINA 54 | Sílvia Polgati: Mexicanos?

PÁGINA 56 | Beatriz Franzen: Traços açorianos no Rio Grande do Sul

» PERFIL POPULAR

PÁGINA 58 | Vaniz de Lurdes Ganzer de Vargas

» IHU REPÓRTER

PÁGINA 61 | Maricéia Machry

“Nunca foi tão difícil ser sindicalista como nesse momento”

ENTREVISTA COM ANSELMO RUOSO

A crise que o movimento sindical vive reproduz uma crise maior, que é a do conjunto da sociedade. A opinião é de Anselmo Ruoso, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina. Para o sindicalista, a nova geração de trabalhadores é fruto de um processo construído em uma época de formação neoliberal. “Tudo o que eles aprendem e o que é reproduzido institucionalmente vem com essa visão de disputa, de individualidade, que tem que estar preparado para o mercado. Fica difícil você quebrar essa visão e criar o conceito de coletividade”, afirma Ruoso.

A entrevista com Anselmo Ruoso foi feita pelos colegas do CEPAT e faz parte de uma série que discute a crise do movimento sindical brasileiro. Na mesma perspectiva, foi publicada uma entrevista com a sindicalista Marisa Stedile. O presidente do Sindicato dos Petroleiros afirma na entrevista que ser sindicalista hoje é “uma insanidade e uma loucura, mas uma bela insanidade e uma bela loucura”. Anselmo Ruoso é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e está na presidência do Sindicato em seu segundo mandato.

Acompanhe a entrevista publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 30-08-2007.

IHU On-Line - Por que há o desinteresse tão grande dos trabalhadores para com os sindicatos? Na década de 1980, havia disputa pela conquista das direções e hoje está difícil encontrar trabalhadores que queiram participar do sindicato. O que aconteceu?

Anselmo Ruoso - Eu concordo em grande parte com essa avaliação de que está difícil a participação no sindicato, mas todo processo de generalizações peca em algumas questões. Vivemos isso na própria diretoria, pois para fechar a última chapa foi um parto. O interesse em estar na linha de frente do próprio movimento sindical é difícil. Manter o nível de sindicalização é outra dificuldade. Exige um processo de convencimento que não é fácil. No entanto, há experiências muito boas.

Recentemente, entraram na refinaria de Araucária cerca de 200 trabalhadores e construímos um processo de estar junto com eles na integração com a empresa. Isso representa uma diferença. Quando eles estão entrando principalmente na área que é o nosso braço forte, a operação que mantém a produção na refinaria, conseguimos mostrar o que é o sindicato. “Vender” a luta para eles já no começo é um outro diferencial. Hoje, esses companheiros estão muito mais participativos e fortes do que historicamente.

***IHU On-Line* - Mas, então, há um interesse dos trabalhadores com relação ao sindicato?**

Anselmo Ruoso - Eu creio que sim. Mas o problema é que nós vivemos numa sociedade muito mais complexa. Não é mais aquela sociedade da fábrica de linha de produção. Hoje, existe todo um forte poder de comunicação da empresa. O trabalhador na empresa não é mais um trabalhador, mas sim um colaborador. Sofre-se todo um processo de cooptação dos sujeitos e nisso se perde o conceito de operário e do saber, do entendimento de que sempre há disputa na relação capital e trabalho. É nos momentos de disputa e de crise que se tem um maior entendimento da importância do sindicato. Há também a consciência de que essa gurizada que está entrando no mercado de trabalho é fruto de um processo construído em uma época de formação neoliberal. Tudo o que ela aprende e o que é reproduzido institucionalmente vem com essa visão de disputa, de individualidade, de que é necessário estar preparado para o mercado. “É o indivíduo contra todo mundo”, e fica difícil você quebrar essa visão e criar o conceito de coletividade.

***IHU On-Line* - Portanto, é possível falar em uma nova subjetividade operária. Uma subjetividade na qual ganham predominância os interesses do indivíduo e não mais os da classe? Os trabalhadores ainda manifestam solidariedade a causas coletivas ou se recolheram ao seu mundo privado?**

Anselmo Ruoso - Hoje, na sociedade, eu não tenho dúvidas, a visão da externalidade é cada vez mais predominante. Há uma visão de que o trabalhador não faz diferença alguma. Tudo existe ao redor dele, mas independente dele. Aquele conceito de mudança, de que se pode mudar os problemas existentes, de que as coisas estão erradas, está se perdendo. Há um conformismo. A realidade existe porque existe. Há uma percepção da incapacidade de mudanças, de perda da

esperança, do conformismo, da utopia em seu conceito negativo e, com isso, da ideologia. Essa conjuntura é um problema da sociedade em geral e se reflete no movimento sindical.

Quanto à solidariedade, ela existe até determinado momento. Nós estamos vivendo isso, uma experiência atual, de pequena dimensão, que revela que quando se mexe com o imediato, com o dinheiro, o interesse se reduz. O indivíduo pensa em se dar bem num determinado momento e não pensa nas conseqüências à frente e na coletividade como um todo. Então, falar de um conceito de subjetividade amplo, coletivo, não é um trabalho fácil. É fruto de uma crise sindical, mas qual? A gente só escuta que o movimento sindical está em crise. Na verdade, é a sociedade que está em crise com este modelo, e o movimento sindical é apenas um reflexo dessa sociedade. Há um problema na sociedade. A classe está segmentada, como por exemplo, o nosso setor, o petroleiro. Petroleiro deveria ser todo mundo que entra na instalação da Petrobras, mas não é isso o que ocorre. Existem os próprios e os contratados, os temporários. Há uma segmentação que divide o próprio conceito de coletivo. Petroleiro é todo mundo que está lá dentro, não importa qual é a cor do crachá. Não se consegue nem vencer uma isonomia mínima entre todos os trabalhadores no próprio local e, para piorar, temos os gerentes e todos os processos de cooptação dos indivíduos e dos “colaboradores”. Cria-se essa individualidade difícil de ser revertida. Não é uma luta fácil.

***IHU On-Line* - Considerando a sua avaliação anterior, você acha que o discurso do capital que fala em trabalhador participativo, criativo, plurifuncional, que saiba trabalhar em equipe, foi assimilado pelos trabalhadores ou eles manifestam resistências?**

Anselmo Ruoso - Tentam resistir! Os trabalhadores tentam resistir dentro do possível. Esse conceito de

multifuncionalidade, por exemplo, dizendo que o trabalhador tem que ser especialista e, ao mesmo tempo, genérico, que ele “tem que bater o escanteio e cabecear” e que isso vai ser o diferencial dele em relação a outro que realiza apenas uma atividade, acaba por ser a garantia de emprego. São coisas que vão se reproduzindo na consciência coletiva e se tornam realidade. A empresa trabalha muito bem com isso, pois, ao invés de contratar três, ela contrata um, dá um computador e um celular para ele trabalhar, inclusive, em casa. Essa pessoa se sente com um grande status. O grande risco que nós estamos correndo agora é de que se a pessoa se tornar jurídica terá que emitir uma nota fiscal do serviço. Assim, acaba-se com o contrato por tempo indeterminado e com os direitos trabalhistas. Chega-se ao ponto em que o trabalhador que tem uma carteira de trabalho assinada torna-se um privilegiado na sociedade em que a maioria já vive da informalidade. O trabalhador que tem uma carteira assinada precisa se adaptar ao sistema de gestão do momento, que é o de se explorar ao máximo que pode. Isso é histórico, mas o fato é que essa possibilidade de exploração se ampliou com a própria tecnologia, com os avanços da informação, com a capacidade de se assimilar novas tarefas, novos trabalhos. Tudo ficou muito amplo e o capital faz isso. A lógica é de explorar o máximo possível.

IHU On-Line - Mas, pelo que você está dizendo, então as resistências praticamente inexistem?

Anselmo Ruoso - Elas existem quando há uma organicidade melhor. A dificuldade é vencer o conceito da individualidade que se sobrepõe ao da coletividade. Na sociedade, o que importa é o sujeito. E o sujeito agora não é mais nem o “operário”: é o colaborador da empresa. Eu não tenho dúvidas de que o trabalhador assimila esse discurso, porque a comunicação é poderosa. Não se vive mais naquela sociedade do **Manifesto Comunista**, na qual era fácil identificar o

conceito de classe e de trabalhador. Nós vivemos uma complexidade que está mais para a teoria sistêmica do Luhmann¹ do que para o período da Revolução Industrial, de fácil visualização da relação capital e trabalho. Hoje, quando você fala da relação capital e trabalho, já acham um absurdo porque não existe mais esse conflito, porque até ele já foi flexibilizado. Acham que as coisas não são bem assim, porque existem colaboradores, normas de responsabilidade social, ouvidoria... não há mais conflitos.

A empresa minimiza os eventuais conflitos. Esse processo de cooptação apropria-se do discurso dos trabalhadores. Perde-se o papel da resistência operária. Nós estamos envolvidos num debate de uma norma certificadora SA-8000², sobre responsabilidade social. Essa norma prevê a eleição pela empresa de um representante dos trabalhadores. O que é isso? Nós fomos o único sindicato nacional petroleiro que não deixou a empresa fazer um processo de eleição do representante dos trabalhadores. Um absurdo que desvia o sindicato e apropria-se da própria luta operária. Nele, a empresa,

¹ Niklas Luhmann (1927-1998): Niklas Luhmann sociólogo alemão nascido em 1927 e falecido em 1998. Estudou direito em Friburgo, onde se doutorou em 1949. Em 1960 viajou aos EUA e estudou sociologia na Universidade de Harvard em Boston, que exerce uma influência significativa em seu pensamento. Em 1964 publica *Funktionen und Folgen formaler Organisation* (Duncker & Humblot, Berlin, 1964), e ingressa na Universidade de Münster, em Dortmund, onde doutorou-se em sociologia política. Em 1968, se estabelece em Bielefeld, em cuja Universidade permanecerá o resto de sua carreira como catedrático editor da revista acadêmica *Zeitschrift für Soziologie* (Stuttgart). Recebeu o prêmio Hegel em 1988. Em língua portuguesa, foram publicadas as suas seguintes obras: *Legitimação pelo procedimento* (Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1980); *Sociologia do Direito* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985); e *A improbabilidade da Comunicação* (Lisboa: Vega, 1992). E15 de março de 2005, no evento Abrindo o Livro, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, o Prof. Dr. Leonel Severo Rocha, da Unisinos, apresentou *El derecho de la sociedad*, obra de Niklas Luhmann. (Nota da *IHU On-Line*)

² É uma norma internacional de avaliação da responsabilidade social que existe para empresas fornecedoras e vendedoras. (Nota da *IHU On-Line*)

além de comandar, de subordinar, controla todo o sistema de oposição com o nome de representante dos trabalhadores. É como se o sindicato não fosse o legítimo representante dos trabalhadores.

IHU On-Line - Vocês foram o único sindicato contrário?

Anselmo Ruoso - Sim, o único. Todos os demais sindicatos deixaram correr, participaram do processo ou se afastaram. Nós dissemos: aqui não! Indicamos o representante sem processo eleitoral - um diretor nosso. Contudo, foi sugerido um processo eleitoral tocado pelos trabalhadores e não pela empresa. No entanto, esta deveria reconhecer a Organização por Local de Trabalho - OLT, com o reconhecimento não de um, mas de vários trabalhadores. Nesse momento, a empresa deixou de querer brincar e acatou nossa visão. Assim, o diretor sindical é o representante aqui. Mas esse é o processo, é o sistema de gestão, o de fragmentar, desestruturar o próprio conceito de disputa. Eles se apropriam, minimizam e se antecipam à própria disputa da relação capital e trabalho pelo domínio da comunicação.

IHU On-Line - Quais são as principais reivindicações dos trabalhadores hoje? É verdade que a PLR suscita maior interesse do que a reposição salarial?

Anselmo Ruoso - A principal reivindicação continua sendo a de cunho econômico. De melhorar o padrão de vida. As cláusulas sociais de saúde do trabalhador, de condições de trabalho, ficam sempre em segundo plano. Tanto que a nossa estratégia de negociação é tratar primeiro das cláusulas sociais para tentar exaurir, conquistar o máximo de cláusulas sociais, para, depois, tratar do reajuste, porque quando esse processo termina é porque acabou a discussão. Deixar uma questão, por exemplo, da saúde do trabalhador como condicionante numa assinatura de acordo coletivo é insustentável. Não existe. A principal reivindicação continua sendo a

questão econômica, direta ou indiretamente.

Que a PLR continua despertando um interesse maior do que a reposição salarial, eu não tenho dúvidas, principalmente dentro da nossa realidade. A PLR dos petroleiros, fechada recentemente, referente ao lucro do ano passado, foi de R\$ 16.015,00 de piso. A construção neoliberal desse processo de cooptação do trabalhador é a de dar um quinhãozinho da lucratividade, para gerar uma monstruosidade de lucro. É esse o processo de cooptação que domina o trabalhador. É toda uma lógica sistemática, um processo muito harmonioso que a empresa faz. A empresa declara que quanto mais produzirem, quanto maior for a produção que conquistarem para a empresa, os trabalhadores sairão ganhando. “Vocês também são a empresa!”. Esse é o discurso.

E, hoje, o valor de PRL que atingimos se deve também em função da história que construímos. Depois da greve de 1995, quando houve grande embate contra toda a égide neoliberal, a categoria ficou ‘baqueada’, o próprio sindicato ficou praticamente quebrado e em que ponto nós íamos atacar? Poder de mobilização não existia mais. Nós ficamos anos sem conseguir fazer uma greve porque a categoria ficou acabada, e o pessoal terminava o mês para pagar cartão vencido do mês anterior. Qual foi a saída? A PRL foi o caminho para conseguir recuperar a categoria em um determinado momento nos meados de 1997, 98, quando ainda não se tinha a lei da PLR, mas já se regulava por medida provisória.

Hoje, chegamos a um absurdo, porque existem trabalhadores que ganham numa PRL mais do que ganhariam o ano inteiro de salário; é a remuneração variável dominando. Como é que se controla isso? Fica complicado, ainda quando a inflação está beirando 4% ao ano. Entre os trabalhadores, qual é a escolha? Receber um montante - que são doze meses de salário dele - ou ficar fazendo greve por 2% ou 3% de aumento? Hoje, é muito mais fácil fazer uma greve pela PRL do que uma

greve por um reajuste salarial. Chegou-se a esse absurdo.

IHU On-Line - Os sindicatos estão mais corporativistas do que já foram?

Anselmo Ruoso - No nosso caso, depois da greve de 1995, o sindicato se tornou extremamente corporativista, porque era uma questão de sobrevivência. A capacidade de estar vendo além não existia porque mal se conseguia gerir as questões internas. Claro que, com o passar do tempo, conseguimos sair um pouco daquele atropelo e começamos a nos envolver com outras questões. Reconheço que ainda é insuficiente esse processo de olhar a realidade externa. Quando se está num patamar bom, é o melhor momento de puxar todo mundo junto. E, quando se está em baixa, fica difícil pensar as questões externas. Hoje, como conseguimos nos recuperar e sobreviver, está mais fácil fazer um processo de formação junto com a categoria, do conceito classista, daquilo que amplia para além das questões de interesse apenas dos petroleiros.

IHU On-Line - Para muitos, o movimento sindical brasileiro está atrelado demais ao Governo Lula. Um dos exemplos é a posição da CUT em condicionar a sua participação no plebiscito sobre a Vale desde que não se aborde os temas do pagamento dos juros da dívida e da reforma previdenciária. O que lhe parece?

Anselmo Ruoso - Nós fizemos recentemente uma reunião da nossa corrente dentro da CUT, e esse foi um dos grandes e polêmicos temas. Há uma incapacidade das próprias direções dos sindicatos de entenderem esse processo. Antigamente, era muito mais fácil identificar o opositor. Eu não tenho dúvidas de que há uma esquizofrenia dentro do movimento sindical. Num momento, você luta por questões do interesse dos trabalhadores, enquanto em outro essa luta não pode ir contra o governo que representa o interesse dos

trabalhadores.

Esse processo de percepção do movimento sindical, principalmente ligado à CUT, cuja linha histórica de ligação com o governo é inquestionável, tem dificultado o próprio entendimento de separar as coisas. É princípio cutista a autonomia e independência sindical, mas, infelizmente, as pessoas não estão respeitando.

Evidentemente, também não existe resposta fácil. Há uma responsabilidade grande, um governo mais popular que o anterior, um governo em constante disputa, mas que não poderia estar prejudicando a luta, apesar de entender que a disputa política existe e que irá refletir nos trabalhadores.

Fragilizar um governo hipoteticamente nosso, dos trabalhadores, em disputa, não é uma coisa fácil de entender e encontrar limites. Dar coro para um 'Fora Lula' hoje nós jamais faríamos, porque sabemos o que vem ao lado disso. A política liberalizante é um eterno risco para os trabalhadores.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos ser levianos e fazer uma leitura simplista. A "Campanha da Vale" é um exemplo. Eu tenho uma leitura particular que seria um grande momento estarmos todos na rua, fazendo a discussão sobre a Vale. Porém, há o interesse também de outros movimentos de tentarem colocar uma cunha política. A questão do *superávit primário*, por exemplo. Eu concordo que deve ser discutida, mas estrategicamente para a questão da Vale prejudica uma boa possibilidade de reverter a "privataria" imposta pela direita. Só a questão da Vale não é fácil de ser esclarecida para a categoria e para a sociedade. Ela é complexa; precisa explicar como ela foi comprada, a barbaridade que foi o leilão, e não é com um panfletinho que se conscientiza a população.

Naturalmente, não é com três linhas que o pessoal irá entender o processo. A elite sabe o que é o *superávit primário*, mas a grande maioria da população não. Eu acho que nesse caso do plebiscito foi equivocado

misturar os assuntos. De qualquer modo, isso também é fruto de que poucas vezes nós utilizamos esses instrumentos de consulta e quando utilizamos queremos colocar tudo lá. Nós temos pouco tempo de regime democrático no país e não sabemos utilizar ainda os meios democráticos. A participação democrática exigiria muito mais processos de plebiscito e referendos.

Em cada processo eleitoral, deveria haver consultas populares sobre questões polêmicas, pois diminuiria o custo, não precisaríamos fazer só um plebiscito exclusivo. Em resumo é isso: eu acho que há uma esquizofrenia, natural de certa forma, porque há uma ligação histórica com o próprio presidente, com o ministro da Previdência, que há pouco tempo era o ministro do Trabalho e antes presidente da CUT. Nesse processo incestuoso, infelizmente, as pessoas naturalmente não souberam separar as coisas e feriram princípios da Central, que são a autonomia e a independência.

IHU On-Line - O sociólogo Francisco de Oliveira afirma que com a entrada do Brasil no processo de globalização assistiu-se a emergência de uma nova classe social - resultante de uma "aliança" entre os setores financistas e o mundo do trabalho. De um lado, os tucanos promoveram as privatizações e ganharam prestígio e poder nas empresas privatizadas e passaram a ocupar altos postos nessas empresas. Do outro lado, os ex-sindicalistas ligados a Lula passaram a ter funções importantes nos fundos de pensão, que são grandes investidores nessas empresas. Para ele, esse processo fez com o movimento sindical perdesse a noção de quem é o adversário e explicaria a postura vacilante, por exemplo, da CUT. Você concorda?

Anselmo Ruoso - Eu concordo em parte e até iria bem mais fundo. Eu diria que não foram apenas os tucanos que ocuparam grandes cargos nas grandes empresas. Os ex-sindicalistas não estão apenas nos fundos de pensão.

Por exemplo, no caso das estatais, existem ex-sindicalistas em altos cargos na empresa. Eu não sou contra esse processo em princípio, e nem a favor também. Ocupar espaços dentro de um processo de disputa constante, mantendo todo o processo ideológico em prol dos trabalhadores, é legítimo. Qual é o problema de um trabalhador ocupar um grande posto em uma empresa? Eu não vejo mal.

Entretanto, isso tem feito mal, porque, na medida em que esse pessoal têm ido para dentro, e num quadro de esquizofrenia sindical, acaba entendendo que precisa cuidar da empresa e que seu papel é outro. Pelo menos, a visão histórica deles implicaria o desempenho de um outro papel. E o movimento que está por trás disso é o mercado. É essa a dificuldade do mundo do trabalho hoje. Antigamente, você conhecia quem era o empregador e estava mais clara a disputa da relação capital e trabalho. Hoje, na relação capital-trabalho, existem as normas certificadoras, a bolsa de valores, o mercado...

É abstrato e difuso o oponente. E é ele que domina, controla, imprime conceitos. Mas quem é "ele"? O próprio fundo de pensão faz parte da lógica do mercado. O fundo de pensão está marcado por incoerências. Ele se coloca na perspectiva de favorecer os trabalhadores, mas o primeiro prejudicado pelo não pagamento de dívida ou de moratória seriam ele próprio. Os trabalhadores, através dos fundos, que têm ações e títulos do governo, receberiam um calote. Quer dizer, não dá para não dizer que não existe uma complexidade, principalmente no mundo do trabalho, que não é de fácil solução e nem de fácil análise.

E quem é o mercado? São as grandes corporações que dominam o mundo. Fábricas "*Playmobil*" hoje estão aqui, depois desmontam e vão para outro lugar. Vão para qualquer lugar ou país, onde haja diminuição de custo. Há, com isso, o sucateamento das resistências e a exploração do trabalhador, que vai para onde a

lucratividade estiver indo. Nem que seja um processo autofágico, que daqui a pouco não tenha mais sustentabilidade, pela precarização e exploração humana, a lógica é do lucro imediato e maior possível. Quem irá comprar a produção num mundo desumanizador? O sistema implode, mas isso não importa, pois o que interessa é a lucratividade do momento. Perdeu-se o conceito do mínimo razoável. Antigamente, conseguia-se perceber o que o trabalhador conquistava. Mas isso está acabando, porque existem elementos externos que simplesmente não podem ser controlados. A grande questão é que a comunicação que domina reproduz esse sistema afirma diariamente isso e nós precisamos sobreviver dessa maneira. Dizem-nos que não há outro caminho, que é o fim da história e que nós não temos como reverter esse processo. Isso é o sistema, pois mexe com tudo, com a subjetividade, com a individualidade. Diante do fim da história, a idéia é que cada um cuide de si e o resto se dane.

A ida desses sindicalistas, já com essa percepção da fragilidade da Central frente ao governo, causou ainda um processo de fragilização dos sindicatos porque os quadros históricos, que fizeram grandes lutas naquela fase em que era fácil identificar o inimigo, largaram o barco. Claro que a situação não era fácil, e as lutas foram pesadas. No entanto, era fácil fazer a luta, a ideologia efervescia. No momento, nesse processo de alienação, de fragilidade do movimento sindical, os grandes quadros deixaram órfãos grande parte dos sindicatos, e, nessa leitura, essa nova geração, já fruto do próprio processo de formação neoliberal, perdeu o histórico da própria construção da luta e tem que se virar por conta e dar conta de tudo, o que não é possível! E, ainda, esses ex-sindicalistas podem ser vistos em cargos na empresa. Nós temos no RH da empresa um ex-sindicalista, um absurdo porque nós temos que bater contra esse ex-sindicalista.

IHU On-Line - Na sua definição, ser dirigente sindical hoje é...

Anselmo Ruoso - É insanidade, é loucura! O sujeito não é muito normal e não tem como ser, porque tudo o que é externo a você diz que é a individualidade que deve ser privilegiada, que você deve abandonar tudo e cuidar da sua vida e, ao mesmo tempo, precisa vencer todo um processo de exploração coletiva, trabalhar a pluralidade individual num pensamento coletivo.

Ao mesmo tempo em que é uma insanidade e uma loucura, é também uma bela insanidade e uma bela loucura. Não é qualquer loucura. Acho que nunca foi tão difícil ser sindicalista, como nesse momento. A relação está muito complicada: não existe um processo de formação sobre a classe. Existe uma incapacidade de se sensibilizar para o conceito de coletividade. Para trabalhar o conceito de classe, você tem que ser corporativo em um determinado momento para tentar junto a isso um processo de formação. É tudo complicado. Antigamente, você tinha o regime militar e todo mundo era contra a ditadura. Hoje, vivemos num pseudo processo democrático em que todo mundo “pode” se dar bem.

A leitura é de um mundo de consumismo absurdo, mas, para consumir, precisa estar empregado. Toda a sociedade está engendrada em Adam Smith³, para quem

³ **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A riqueza das nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento, a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à *IHU On-Line* número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Idéias*, de 21-07-2005,

o trabalho está no centro do fomento de crescimento do Estado e da sociedade. Só que o próprio conceito de trabalho já não existe mais, pois está flexibilizado. E o que é o trabalho hoje?

No movimento sindical você vê de tudo. Há sindicatos em que tudo é tranqüilidade, calma... Existe um chavão que estar liberado no sindicato é não trabalhar e até com isso nós precisamos lidar. Eu, desde que entrei no sindicato, não tenho um avanço de nível na carreira. E eu escuto do pessoal que por causa do Governo Lula estou crescendo de nível todo ano. Cheguei mesmo a ganhar em nível gerencial e, o pior, veio do gerente da refinaria, pelas boas relações sindicais com a empresa. Fiz um documento devolvendo. Eu trabalho e acho que mereço como os demais trabalhadores, mas como ignorar a forma como veio? Princípios não se flexibilizam. Você precisa mostrar que não está vendido e, por estar numa condição de boa relação sindical, às vezes parece que se foi cooptado.

Ser dirigente sindical hoje também é reproduzir o sistema. É manter uma instituição reprodutora do sistema capitalista. É para isso que serve o movimento sindical de certa forma. É um apaziguador do processo todo. Quando estou fazendo um processo de luta, não posso me enganar que também estou reproduzindo a lógica do capital. Por isso, é um sistema de loucura e ter uma visão disso e uma percepção desse processo não é fácil. Porque ser dirigente sindical é, também, sinônimo de reprodutor de todo o sistema capitalista.

intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download no site do IHU. (Nota da *IHU On-Line*)

O impacto do etanol sobre as populações indígenas

ENTREVISTA COM ANTONIO BRAND

Na primeira semana de agosto, uma criança indígena morreu por desnutrição no Mato Grosso do Sul. Em 2005, na mesma reserva, mais de 20 crianças morreram por subnutrição. Enquanto isso, o governo ressalta que a taxa de mortalidade entre as crianças indígenas reduziu 82% de 2006 a 2007. “Efetivamente não interessa, não é um dado relevante que o governo consiga, momentaneamente, reduzir o índice de desnutrição. O que nos preocupa é que não há qualquer sinal de que se queira efetivamente encontrar uma solução para o problema”, afirmou o pesquisador Antonio Brand em entrevista, por telefone, à IHU On-Line.

Na conversa, Antonio fala da mortalidade infantil e do problema da fome que assola as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul. Fala também do problema da perda da autonomia dos índios e do evento que está organizando, intitulado Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas. “Com ele, pretendemos contribuir para que os índios possam ingressar, permanecer e concluir bem os cursos escolhidos dentro das universidades”, disse.

Antonio Brand é graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Tem mestrado e doutorado na mesma área pela PUCRS. É professor da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, MS, onde desenvolve a pesquisa “Território e tradição nos processos históricos dos Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul”.

Esta entrevista foi publicada em 20-08-2007, nas Notícias do Dia do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor analisa as mortes das crianças indígenas que têm ocorrido por causa da fome?

Antonio Brand - Aqui no estado, já estamos no quinto ano dessa política de fornecimento de cestas básicas como ação de combate à fome dos Kaiowá-Guarani. No entanto, como a ação do governo tem se restringido basicamente ao fornecimento de cestas básicas, a partir

do momento em que há qualquer interrupção ou qualquer problema no fornecimento sistemático regular dessa política, você tem o retorno da fome. Esse é o problema. O que temos criticado e reivindicado muito é que outras ações seriam absolutamente necessárias para combater a fome. O fornecimento do programa é pensar uma política de segurança alimentar, assentada fundamentalmente no fornecimento de cestas básicas. Só

que isso realmente é um absurdo quando estamos falando de povos indígenas.

Como o estado tem restringido muito o fornecimento dessas cestas básicas, temos um problema que não se resolve, ou seja, a fome irá retornar sempre, e de forma cada vez mais grave. Por essa razão, sempre temos acentuado de que sem a ampliação das terras e sem um programa de assistência técnica de oferecimento de apoio, no sentido de devolver a esses povos a sua capacidade de produzir o seu alimento, o problema da fome permanecerá. Essa, repito, é a questão. A tendência, atualmente, é que, de tempos em tempos, nós tenhamos que enfrentar essas crises que levam à morte de crianças e muito mais.

IHU On-Line - Como o senhor analisa as políticas assistenciais do governo Lula em relação aos indígenas brasileiros? O “Bolsa Família” está chegando até essas famílias?

Antonio Brand - Eu creio que todas as políticas assistenciais do governo são de caráter emergencial e sem qualquer perspectiva de se traduzirem em autonomia. São medidas que aumentam a dependência dessas populações. Nesse sentido, creio que elas não apresentam respostas ao problema. Insistentemente, os povos indígenas têm reivindicado de que, junto com as ações de emergência de combate à fome, é preciso retomar o processo de demarcação de território. E o Governo Lula, infelizmente, não tem atendido a esse pedido. O governo tem dado poder, respeitado e atendido às demandas das elites regionais que não querem a demarcação das terras indígenas. Então, o problema das políticas assistenciais vem apenas agravando a situação dos povos indígenas.

IHU On-Line - E, com isso, como o senhor recebe a afirmação de Lula, quando esteve em Campo Grande, dizendo que a imprensa não deve apenas denunciar,

mas também destacar a taxa de 82% da redução da mortalidade das crianças guaranis?

Antonio Brand - Os órgãos públicos têm insistido muito nesses dados estatísticos em que comparam a situação atual com o ano de 2005, quando morreram não sei quantas crianças. Agora, em 2006 e 2007, há efetivamente melhoras no que se refere à diminuição da desnutrição entre os índios. O problema é que no momento em que ocorre uma interrupção, como aconteceu no início deste ano, por problemas de divergências no governo ou questões administrativas, isso se traduz imediatamente em mortes por desnutrição. Efetivamente não interessa, não é um dado relevante que o governo consiga, momentaneamente, reduzir o índice de desnutrição. O que nos preocupa é que não há qualquer sinal de que se queira efetivamente encontrar uma solução para o problema. Parece que o governo está querendo manter essas práticas, tendo em vista a satisfação das necessidades dele de uma política assistencialista. Como o sujeito que recebe a cesta básica depende totalmente dela, temos indivíduos totalmente dependentes da boa vontade do governante de plantão.

Parece que é isso que está se pensando: ter um universo de pessoas que dependam absolutamente de boa vontade de um governante, seja ele quem for. Nesse sentido, a continuidade desse assistencialismo depende do voto, ou seja, é uma massa de manobra, visando às eleições, porque não há como explicar de outra maneira a atitude do governo. O dinheiro gasto nestas políticas é elevado: não são poucos os recursos que o Governo Federal vem investindo nas populações aqui no estado. Nós precisamos reconhecer que o volume de recursos vem aumentando, mas com essa característica da qual falei. Hoje, as populações Kaiowá-Guarani estão totalmente dependentes do fornecimento de cestas básicas e do salário que recebem das usinas de açúcar e álcool. Os indígenas formam um povo que não

temos o direito de reduzir a pedinte.

IHU On-Line - Como o senhor analisa, então, a questão da autonomia dos índios quanto aos seus territórios?

Antonio Brand - O grande problema, hoje, dos povos indígenas, especialmente aqui no estado de Mato Grosso do Sul, diz respeito à perda dos territórios. São povos que estão confinados. Eles têm áreas de terra absolutamente insuficientes para sua vida. Portanto, não há terra que garanta a autonomia econômica e a produção de alimentos. Há uma outra questão, muito mais grave, decorrente deste processo histórico de confinamento, que diz respeito à organização social dessas populações. Veja só: nos últimos anos, nós verificamos um aumento assustador da violência interna nessas comunidades. Levantamentos feitos pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário⁴ - sobre mortes violentas em comunidades indígenas dão conta de que, no Mato Grosso do Sul, a grande maioria delas decorrem de conflitos internos. Isso mostra um profundo mal-estar e, ainda, que os mecanismos internos da comunidade e sua organização social não conseguem mais dar respostas aos problemas que enfrentam.

Essa certamente é a consequência mais nefasta, mais grave desse processo de perda da terra, e diz respeito diretamente à questão da autonomia. Não podemos mais pensar nos povos indígenas como povos isolados. Eles são povos integrados, participam do cotidiano da sociedade, têm relações econômicas e tudo mais. O problema da autonomia econômica diz respeito fundamentalmente à possibilidade de eles decidirem seu destino e sua vida. Para isso, é fundamental a organização social de cada povo. É necessário que ele possa seguir se orientando e decidindo suas questões a partir de sua forma própria de organização social.

⁴ CIMI: Conselho Indigenista Missionário. Para maiores detalhes, consultar o site www.cimi.org.br/. (Nota *da IHU On-Line*)

Nesse sentido, eu entendo que o radical confinamento a que os Kaiowá-Guarani estão submetidos hoje está inviabilizando a vida e a organização social dessas populações. O sintoma mais grave desse problema é o crescimento da violência, mas também o de outros problemas, como, por exemplo, o consumo de álcool, de drogas, os suicídios, entre outros. Então, todos esses problemas são muito mais graves do que a própria falta de alimentos e, por isso, gerou-se essa crítica ao governo, que só tem buscado atender a demanda por alimentos. A situação, no entanto, é muito mais complexa.

IHU On-Line - E o que o senhor pensa da política de demarcação de terras deste governo?

Antonio Brand - Nós, na verdade, estamos mais preocupados porque o Mato Grosso do Sul tem se destacado como o estado que oferece, na opinião dos empresários e do governo, as melhores condições para a produção de álcool combustível. Então, nós já temos funcionando no estado 11 usinas de açúcar e álcool. Esse número deve saltar para algo em torno de 70 usinas em poucos anos. Em consequência disso, a terra, logicamente, está muito valorizada e, assim, a pressão contra a demarcação das terras indígenas tende a crescer bastante.

Portanto, nós, que trabalhamos com os povos indígenas, estamos profundamente preocupados com isso, pois o governo não só tem se omitido frente aos problemas, como tem sinalizado, e está oferecendo todo o apoio à indústria de açúcar e álcool, isso antes de definir a questão dos indígenas. A tendência é que esse problema se agrave. Enquanto isso, os povos indígenas estão se movimentando e pressionando cada vez mais. A esperança é que a indústria, a sociedade brasileira e setores do governo não queiram que, por muito tempo, siga uma situação que possa ser caracterizada em dois tipos de manchetes que nós encontramos hoje na

imprensa regional, nacional e fora do país. Existe um tipo de manchete dando conta que o Mato Grosso do Sul é o melhor lugar para se investir na produção de açúcar, mas ao lado dela existe outra, dando conta de que os índios estão morrendo de fome.

Já há setores fora do país se movimentando, no sentido de exigir que o governo atenda minimamente às questões ligadas ao meio ambiente e aos povos indígenas. Há outros setores da sociedade civil, e até de fora do País, que certamente se sensibilizam com essas questões, diferentemente do Governo Federal. Eles vêm se posicionando favoravelmente às demandas indígenas porque não podemos esquecer com quem estamos lidando, olhando o volume de terra e a riqueza que está sendo produzida. Se levarmos em conta os enormes investimentos que estão sendo feitos neste momento, tendo em vista a expansão sucroalcooleira e a regularização das terras indígenas, saberemos o quanto isso representa uma quantidade de recursos mínima e que não há qualquer argumento razoável para que não se faça essa demarcação, essa ampliação territorial.

A reivindicação dos Kaiowá-Guarani é de pequenas parcelas de seu território original que, em absoluto, inviabilizam o desenvolvimento regional. Os tecnocratas do governo hoje parecem estar mais encantados com a possibilidade de exportar álcool e esquecem dos povos indígenas. Confesso que minha percepção, atualmente, não é tão otimista, embora os povos indígenas estejam se articulando um pouco melhor, especialmente aqui no estado. Nos últimos dois anos, os índios estão buscando se capacitar melhor, buscando acesso às universidades com muita determinação. Nós temos hoje, no estado, um número já bem elevado de acadêmicos índios e podemos destacar como esses acadêmicos já vêm com uma preocupação clara de retorno às suas comunidades. Há sinais, demandas, posicionamentos, por parte dos povos indígenas, que eu creio que sejam extremamente

significativos e que sempre abrem um caminho em termos de soluções.

IHU On-Line - Um dilema que tem preocupado os indígenas são as coincidências entre terras indígenas e unidades de conservação...

Antonio Brand - Mato Grosso do Sul tem uma área que está bastante preservada: a região do Pantanal. Os Kaiowá-Guarani ocupam a região sul do estado, que é a parte em que, desde o início da colonização, se estruturou a agricultura mais moderna. É uma região extremamente propícia à agricultura e onde os recursos naturais foram completamente destruídos. Nela, inclusive, não há unidades de conservação preservadas. Até hoje, isso é um dado muito interessante: as regiões onde ainda se conserva a maior biodiversidade são, efetivamente, aqueles que compreendem as terras indígenas. Mesmo que tenhamos hoje uma população intensa nesses espaços reservados aos povos indígenas, é neles que encontramos uma maior diversidade ambiental ainda. Novamente, vemos aí a necessidade de demarcação de terras, como uma estratégia de buscar preservar a biodiversidade. O fortalecimento das culturas em extinção que temos no estado é um fator que favorece também a biodiversidade. Porque, sob a ótica do agronegócio, o meio ambiente está perdido, mas se hoje há restos ambientais, neles estão os povos indígenas.

IHU On-Line - E qual é a relação que você faz entre a produção de etanol e os povos indígenas?

Antonio Brand - Poucas áreas têm espaço para plantar cana. Mas, certamente, essa será a proposta naquelas poucas áreas indígenas onde há certa disponibilidade de terras. É difícil você se posicionar contra isso, porque os povos indígenas estão numa situação em que não há qualquer alternativa. Então, o plantio de cana-de-açúcar, mesmo nos restos de suas terras, será algo

bastante certo e difícil de ser questionado, no contexto em que as coisas estão agora. Porque, como já falei, a única sinalização que o governo tem dado aos povos indígenas, nos últimos anos, é no sentido de fornecer esse tipo de programa. Agora, ao introduzir nas aldeias o eventual plantio da cana-de-açúcar, já sabemos todos, inclusive o Governo Federal, que isso trará problemas, pois irá comprometer a biodiversidade dentro dessas áreas.

***IHU On-Line* - Já se descobriu os motivos pelos quais uma mulher e um líder indígena foram assassinados na região de Dourados neste anos? Qual é o significado dessas mortes para o povo indígena do Mato Grosso do Sul?**

Antonio Brand - A mulher morreu em janeiro e o homem mais recentemente. No Brasil, nós temos duas justiças: se o agressor é uma pessoa pobre, ele vai preso sob todos os rigores da lei; se o agressor é um não-índio, uma pessoa com poder, um grande proprietário, nada acontece. Então, nós tivemos alguns casos aqui onde os índios aparecem como agressores, e então os rigores da lei se fazem sentir de toda maneira. Por sua vez, nenhuma pessoa dita poderosa, pelo que sei, está presa. Os únicos que estão presos ainda são as lideranças indígenas da comunidade, acusadas de estarem roubando um trator. Mas os que mataram não estão presos. Normalmente, o que nós verificamos é que matar um índio ainda segue como um crime de menor importância.

***IHU On-Line* - A polícia em área indígena precisa de preparo diferenciado?**

Antonio Brand - Teoricamente, é a Polícia Federal que deve dar conta das questões ligadas aos povos indígenas, segundo a Constituição. Mas, quando envolve os crimes comuns, a Polícia Civil não tem preparo nenhum. Então, há muitos problemas porque eles vêm marcados por um

forte preconceito. O maior deles é que as relações entre os povos indígenas e não-indígenas nessa região são passadas historicamente pelo conflito da terra.

***IHU On-Line* - Como o senhor analisa os programas de permanência para os estudantes indígenas nas universidades?**

Antonio Brand - Nós estamos muito engajados em projetos dessa linha. Eu penso que é uma demanda das comunidades. Agora, de novo, só isso não será solução. Nós sabemos que hoje não basta a universidade garantir muita coisa em termos de “espaço ao sol”. Se o acesso à universidade significar que não se precisa demarcar terras, à medida que os índios vão disputar o mercado de trabalho, pouca coisa será alterada. O acesso deve significar a vontade de eles construírem melhores condições de vida e de recuperarem a sua autonomia.

Na prática, muitos projetos já se orientam nesse sentido. Outros não. Na nossa equipe, estamos muitos engajados em diversos projetos desse tipo. Essa é uma perspectiva importante enquanto estiver articulada com o esforço das populações indígenas. O acesso às universidades por parte dos indígenas não é um projeto individual de um ou outro deles em busca de um emprego.

***IHU On-Line* - O que se pretende com o Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas, que o senhor está coordenando?**

Antonio Brand - Esse curso tem a duração de um ano, com mais de 300 horas de atividade. O programa está dentro de um projeto mais amplo, que se denomina Rede de Saberes. O Rede de Saberes é um programa bastante amplo, desenvolvido com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que tem como meta apoiar a permanência de indígenas nas universidades. Ele faz, desse modo, parte de um conjunto maior de ações direcionadas para os acadêmicos índios. Com ele,

pretendemos contribuir para que os índios possam ingressar, permanecer e concluir bem os cursos escolhidos dentro das universidades.

Esse projeto específico de estudo do direito indigenista tem como objetivo oferecer aos acadêmicos índios que pretendem formar-se advogados nas diversas instituições de ensino superior do estado uma informação sobre uma área do direito que normalmente os cursos formais ignoram, que é a sobre o direito indígena. O evento também tem como objetivo suprir uma lacuna grave dos nossos cursos de direito. Ele pretende, ainda, contribuir para que esses estudantes se articulem e desenvolvam reflexões a partir da sua visão e das suas comunidades. Também para que, ao concluírem o curso superior, consigam fazer uma diferença enquanto grupo de advogados indígenas. Nós temos, no estado, 24 acadêmicos índios que estão fazendo direito. Nossa perspectiva é estender esse tipo de iniciativa para outros campos, para que eles possam retornar às suas comunidades e prestar um serviço eficaz.

IHU On-Line - O senhor tem noção de quantas lideranças indígenas são, hoje, pesquisadores e professores/as nas universidades brasileiras?

Antonio Brand - Não. Esse dado geral eu não tenho como te dizer, mas eu sei que são muito poucos. Nós temos na pós-graduação aqui do estado um índio que é

doutor em agronomia e que trabalha na Embrapa. No Brasil todo, não chega a dez o número de índios que estão cursando doutorado, mas já temos um número maior de mestrandos. Aqui, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, há três índios que concluíram mestrado em desenvolvimento local e educação, além de outros três ou quatro que estão cursando nesse momento. Então, ainda o número é muito reduzido. Essa busca pela universidade é um fenômeno muito recente, mas ela tende a crescer. No entanto, inserir os índios nas universidades da forma como elas estão organizadas hoje traz alguns problemas, pois a questão não é só o acesso e a permanência. As universidades precisam saber lidar com as lógicas indígenas e as suas formas específicas de produção de conhecimento.

“A revolução feminista não transformou o papel da mulher, mas agregou funções a ela”

ENTREVISTA COM JOANA DE VILHENA NOVAES

Magra, alta, cabelos compridos e esvoaçantes: esse é o padrão de beleza da sociedade contemporânea. Como é um padrão que se adapta apenas às minorias, a massa recorre às plásticas e aos inibidores de apetite. É excluído, assim, aquele que está acima do peso e, portanto, fora do padrão. Isso é o que a pesquisadora Joana de Vilhena Novaes chama de moralização da beleza (utilizando referências de Baudrillard) em seu mais recente livro, fruto da sua tese de doutorado, O intolerável peso da feiúra. Sobre mulheres e seus corpos (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Garamond, 2006). Sobre as questões abordadas na obra, Novaes falou, por telefone, com exclusividade, à IHU On-Line.

Na conversa, Novaes fala dos impactos sociais que o padrão de beleza tem na sociedade e, principalmente, o impacto da gordura. “A obesidade tem, sim, um impacto social de exclusão mais forte na sociedade contemporânea”, afirma. Ela fala ainda das ações afirmativas que a publicidade precisa fazer para contemplar as pessoas consideradas gordas nos nichos de mercado e constrói uma relação entre sociedade de consumo, padrões de beleza e a cultura do excesso.

Novaes é graduada em Psicologia pela PUC-Rio, com mestrado e doutorado em Psicologia Clínica pela mesma universidade. Atualmente, coordena o Núcleo de Doenças da Beleza da PucRio, onde pesquisa “O corpo nas camadas populares” e, ainda, faz atendimento psicológico à comunidade de baixa renda. É voluntária na Associação Santa Clara e pesquisadora do Instituto Delphos. Eis a entrevista que originalmente publicamos no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 24-08-2007.

IHU On-Line - A mulher, com todas as revoluções feministas que aconteceram nas últimas décadas, ainda está presa a um padrão de beleza? Quais são os impactos sociais que esse padrão de beleza causa ainda hoje?

Joana de Vilhena Novaes - Saímos de uma ditadura e partimos para uma revolução feminista, que é, ainda hoje, um marco histórico muito significativo. No entanto, o que é mais enigmático, nesse sentido, é que a mulher conquistou muitos espaços a que antes não tinha acesso,

como, por exemplo, o mercado de trabalho. Nem por isso, deixou de desempenhar papéis clássicos, como o de mãe. Ou seja, a revolução feminista não transformou o papel da mulher, mas agregou funções a ela. Hoje, além de ocupar os espaços que conquistou, ela ainda precisa ser, além de boa, “gostosa”, precisando cuidar, constantemente, da aparência. Então, a mulher só ganha novos tipos de obrigação.

Mas o grande advento da liberação sexual é a liberação da mulher daquela idéia que a relaciona sempre à beleza e à feminilidade. Isso aconteceu devido ao advento do feminismo, ou, melhor dizendo, com as conquistas feministas. Este rompimento é a grande conquista feminista. O que normalmente não é dito é que, ao longo da história, há também padrões estéticos que aprisionam a mulher da mesma maneira que essa ditadura estética da beleza. Temos esse advento, mas, em termos históricos, há uma migração de uma ditadura para outra, ou seja, a mulher não está verdadeiramente livre de uma determinada ditadura. Hoje, por exemplo, ela recorre a práticas questionáveis para atingir um padrão de beleza. Não estou querendo satanizar, neste sentido, as práticas corporais, como as cirurgias, que realmente a rejuvenesce e melhora a sua auto-estima. No entanto, há uma variável muito opressora nesse discurso. As mulheres (desde a adolescente até a idosa) querem sempre se adequar a um determinado padrão estético e recorrem a algum tipo de recurso para que não se sintam excluídas. Isso é, sem dúvida, uma moralização da beleza e do corpo feminino. A responsabilidade que se impõe sobre o sujeito e sobre seu corpo acaba sendo uma espécie de moralização.

IHU On-Line - A obesidade tem um impacto social mais elevado do que outros “defeitos” que tiram a mulher de um padrão de beleza preestabelecido?

Joana de Vilhena Novaes - A obesidade é um problema de saúde pública que atinge 15% da população. O

sobrepeso já atinge 25%, sobretudo quando falamos das camadas menos favorecidas. É um problema de saúde pública que demanda investimentos, provoca gastos, onera o Estado. Em relação a isso, temos vários fatores associados. Há várias campanhas informativas, mas que também são terroristas. Há algum tempo, em São Paulo, por exemplo, houve uma campanha contra a obesidade infantil, que mostrava uma criança com uma tarja preta e trazia a seguinte mensagem: “O seu filho obeso de hoje é o diabético de amanhã”.

Tal pensamento é até adequado se a idéia fundamental for realmente instruir e informar a população. No entanto, o que se precisa sublinhar nessa mensagem é que a gordura acaba sendo criminalizada. Isso está dentro do fenômeno de moralização da beleza. Há alguns meses, o *Fantástico*, da Rede Globo, fez uma enquete para saber se seu público achava que os pais de crianças obesas deveriam perder a guarda dessas crianças. Este é um exemplo bastante ilustrativo de como a gordura é vista no imaginário social. Então, respondendo à pergunta, a obesidade tem, sim, um impacto social de exclusão mais forte na sociedade contemporânea.

IHU On-Line - Você propôs uma ação afirmativa aos “gordos” vítimas de preconceito. Como se define essa ação?

Joana de Vilhena Novaes - É uma brincadeira, uma proposição, porque esse livro é fruto da minha tese de doutorado e, na época da minha pesquisa de campo, eu notava que a questão da gordura era relacionada sempre à questão da feiúra. Daí o título do meu livro *O intolerável peso da feiúra. Sobre mulheres e seus corpos*⁵. Neste trabalho, eu estabeleci uma equivalência, associando a gordura à forma mais representativa de

⁵ NOVAES, Joana de Vilhena. *O intolerável peso da feiúra. Sobre mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio/Garamond, 2007. 272p. (Nota da *IHU On-Line*)

feíura na contemporaneidade, capaz de levar o indivíduo a uma exclusão socialmente validada.

Ou seja, é politicamente incorreto você falar mal de judeu, de negro e de outras minorias, mas não é errado falar mal de gordo. Daí a minha brincadeira. Quando as entrevistadas obesas diziam que não há nenhum nicho de mercado voltado a elas, eu me perguntava como, na sociedade de consumo, uma indústria que movimenta milhões em cuidados com o corpo, e que faz com que as pessoas se sintam satisfeitas, não dedica um nicho, como nos Estados Unidos, voltado aos obesos. Era mais uma brincadeira no sentido de dizer que a indústria deve se organizar, baseando-me numa queixa de exclusão que as pessoas relatavam.

IHU On-Line - Você foi uma das consultoras da campanha da marca Dove, que prezava pela beleza natural das mulheres. Como foi a receptividade do comercial? Muitas mulheres puderam se libertar do padrão a partir do momento em que se “enxergavam” no comercial da novela das oito?

Joana de Vilhena Novaes - Foi uma jogada de *marketing* fenomenal. Essa campanha foi baseada numa pesquisa mundial e, por isso, os resultados foram adequados, por se tratar de uma campanha lançada somente no Brasil. O que tem por trás dela, principalmente, é um trabalho de responsabilidade social. A idéia era trabalhar a auto-estima das pessoas, e em cima disso a campanha foi feita. No caso desse comercial, foi feito um recorte para que se trabalhasse com adolescentes, meninas carentes e negras, no sentido de retratar todas as mulheres em uma campanha publicitária. Eu, pessoalmente, acho que conseguimos atingir nosso objetivo com muito sucesso.

A campanha foi um movimento que, fora a jogada de *marketing*, deu um *start* para contemplar uma coisa mais crítica, apostando na inclusão de pessoas que costumam ser excluídas. Você tem mais de seis bilhões de pessoas

no Planeta Terra e só dez *top models*. Isso quer dizer alguma coisa. Ou seja, geneticamente poucas pessoas terão essas características que foram determinadas como belas. Como essa indústria gera milhões, foi preciso pensar que, caso se continue investindo somente na exclusão, as pessoas vão parar de consumir.

IHU On-Line - Por que você acha que o Brasil é o segundo país com o maior número de cirurgias plásticas realizadas no mundo?

Joana de Vilhena Novaes - Porque o Brasil possui uma cultura de superexposição do corpo. Além disso, existe um mito de que é o país das sociabilidades. Criou-se um mito sobre a forma como as pessoas se percebem. E qual é essa percepção? É a de um país cuja sensualidade e sexualidade estão muito expostas. Ou seja, além do fato de ser um país em que é importante a forma como cada um percebe seu corpo, a exposição transcende isso e passa a incluir como os outros percebem o “meu” corpo. Há teóricos que falam sobre isso. O livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre⁶ fala sobre isso, sobre o que é corpo brasileiro e as representações dele. Dentro dessas representações, contempla a idéia de que o brasileiro tem um corpo liberado, com ritmo e musicalidade exacerbada, enfim, com sensualidade. O

⁶ Gilberto Freyre (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Ainda recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Münster (Alemanha) e da Universidade Católica de Pernambuco. Sua produção literária é muito importante. Entre seus livros, citamos *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mocambos*. O Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), apresentou o segundo livro na programação do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido no dia 15 de abril de 2004, pelo IHU. Sua palestra originou o artigo publicado no *Cadernos IHU* número 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da casa-grande ao sobrado. Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. Algumas considerações*. (Nota da IHU On-Line)

problema se agrava ainda mais quando constatamos que, além do alto número de cirurgias plásticas realizadas, o Brasil tem um consumo imenso de inibidores de apetite e anorexígenos, a fim de que o padrão do corpo seja mantido da melhor maneira possível, em todos os sentidos.

IHU On-Line - A exclusão é maior quando a mulher que se considera feia pertence a uma classe econômica mais baixa?

Joana de Vilhena Novaes - Muito pelo contrário. Os discursos estão aí e todos somos, independente das classes sociais, afetados por essas imagens dos belos corpos, vindos de toda essa produção imagética que a mídia lança. De uma maneira geral, o padrão de beleza é democrático, mas o uso que se faz disso, em compensação, é diferente. Temos, constatatadamente, uma relação maior com os corpos nas classes mais pobres. Nas classes mais altas, há um desconforto com as imperfeições e se esconde o corpo. Nas classes menos favorecidas é o contrário: o indivíduo precisa ser mais gordo para ser considerado como tal.

IHU On-Line - Onde a cultura do excesso, a sociedade do consumo e os padrões de beleza se encontram?

Joana de Vilhena Novaes - É um encontro que se dá a todo o momento. A sociedade de consumo é, por excelência, a sociedade do excesso, do desperdício. É um paradoxo esse ideal estético de magreza em tempos de excesso de comida e desperdício. O padrão estético é sempre um padrão da minoria. Na Idade Média, com a escassez de comida, o padrão, por exemplo, apresentava formas mais rechonchudas, pois quem comia era a elite. Hoje, acontece justamente o contrário. Vemos a obesidade crescendo no mundo todo, nas camadas menos favorecidas, justamente porque não têm dinheiro para fazer uma dieta mais balanceada. Paradoxalmente, precisamos ter a disciplina de não consumir. Neste fenômeno, que nós denominamos como moralização da beleza, a responsabilidade é de cada um. Por isso é tão difícil, à medida que o sujeito está inundado em mensagens coloridas. Se não tivesse estímulo, o sujeito não seria tão exigido. Estamos numa época de compulsões ou patologias narcísicas. Assim, também estamos em meio a uma cultura do excesso, porque o sujeito passa a existir pela via do consumo.

A cultura do monocultivo é sempre um risco

ENTREVISTA COM LUIZA CHOMENKO

Na manhã de 06-03-2007, as mulheres da Via Campesina realizaram quatro ocupações de terra no Rio Grande do Sul. As manifestações fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Via Campesina. As mulheres lutam pelo fim do "deserto verde" que prejudica tanto as pequenas plantações e o clima do planeta. Para falar sobre o assunto, a IHU On-Line conversou, por e-mail, com a bióloga Luiza Chomenko. Ela fala sobre o problema das monoculturas, as alternativas para o agronegócio e a silvicultura no Rio Grande do Sul.

Chomenko é doutora em biogeografia pela Universität Der Saarland, na Alemanha. Atualmente, faz parte do corpo docente da UNILASALLE, em Canoas, no Rio Grande do Sul. É, também, bióloga da FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, cedida por convênio para o Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Confira a entrevista a seguir, publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 07-03-2007.

IHU On-Line - Hoje, um grande grupo da Via Campesina realizou quatro ocupações no Rio Grande do Sul para denunciar que o "deserto verde" está acabando com as pequenas propriedades e destruindo o solo do estado. Como a senhora vê esse aumento da plantação de eucaliptos nos Estados e quais são as conseqüências?

Luiza Chomenko - A questão dos cultivos de monoculturas, independentes do que seja plantado, são sempre um risco. Seja ele ambiental (risco direto à biodiversidade e a recursos abióticos que lhe dão sustentação) ou sanitário (se ocorrer algum problema decorrente de clima ou doença, quando há policultivos as perdas se resumirão apenas a uma parte das culturas), se houver apenas um tipo sendo cultivado, o risco de perda total é direto. Pode ser, também, um risco cultural (as populações locais terão de se adaptar ao novo modelo de uso da terra) ou econômico (dependência direta de

mercado e de outros fatores que poderão desconsiderar as realidades locais).

A introdução de grandes áreas de monoculturas de árvores exóticas poderá introduzir esses temas em toda uma região que, até agora, tem sido um exemplo de ocupação em um processo que tem, até certo modo, permitido a existência e permanência de populações locais e características ambientais muito importantes e específicas. A "metade sul" do Rio Grande do Sul corresponde aproximadamente àquilo que se denomina bioma pampa, o qual é o único do Brasil que ocupa apenas um Estado brasileiro, tendo especificidades e potencialidades imensas. Estes aspectos, muitas vezes, são desconsiderados e, no caso específico da silvicultura, as empresas vêm implantando seus cultivos, embora estejam sendo feitos estudos envolvendo certas correções.

Quem trabalha com meio ambiente sabe que, em dadas

situações, após um certo impacto ser produzido, pode não haver mudança da situação. Neste caso, caberia uma reflexão sobre a forma certa de se tratar este tema. Minha opinião é que, em muitas situações, estão ocorrendo procedimentos inadequados dos muitos atores envolvidos e está faltando uma mão forte que junte os mais distintos interesses e a tentativa de se encontrar uma forma intermediária que avalie a forma correta de desenvolver as regiões, respeitando as especificidades locais e, principalmente, implantando nelas modelos compatíveis com suas características, não apenas trazendo os ditos modelos “globais”, que não são sustentáveis. Muito em breve, estes modelos poderão ser justamente um fator adverso à economia brasileira, pois uma das grandes “moedas de troca” no planeta vem sendo a questão ambiental. O Brasil, sendo detentor de imensas reservas de recursos naturais, não tem o direito de desperdiçá-las em nome de um desenvolvimento imediato. O Brasil não tem pensado no amanhã.

IHU On-Line - Que alternativas a senhora sugere para o agronegócio, já que, atualmente, ele está interrompendo o processo de reforma agrária e impedindo a agricultura camponesa?

Luiza Chomenko - Como referi nas questões anteriores, muito do que se diz sobre o “agronegócio” hoje está diretamente relacionado com modelos “globais” de desenvolvimento que não consideram as especificidades locais. Eu me permitiria questionar mais uma vez a própria denominação “agronegócio”, pois esta palavra virou sinônimo de alguns tipos de cultivos, geralmente ligados a poucos grandes grupos empresariais. Ora, os agronegócios podem também ser produtos oriundos da pequena propriedade e direcionados para mercados mais restritos, ou não? Aqui se colocam em jogo interesses privados de alguns setores, deixando-se de se levar em conta as realidades e potencialidades locais. O Brasil, sendo um país

continental, que tem milhares de comunidades humanas ligadas ao setor rural, não pode se dar ao luxo de desconsiderar esse panorama. Obviamente, temos um imenso potencial de tratar de grandes propriedades, mas pergunto: por que não valorizamos nossas realidades típicas que levem em conta nossa abundância de recursos naturais e humanos?

O modelo vigente é cruel e altamente dependente de insumos externos, geralmente também fazendo parte do “pacote tecnológico”, que vem sendo expandido pelo planeta. No momento em que, por qualquer motivação, houver problemas em alguma região que detenha o “domínio” da situação, todo mundo sofrerá as conseqüências. Devemos, sempre, levar em conta que o Brasil é uma fonte de riquezas - naturais, culturais e humanas - e, sempre que se estiverem desconsiderando estes fatores, o modelo não é sustentável nem viável.

IHU On-Line - A senhora acha que o solo gaúcho tem condições de manter tantos hectares no cultivo de silvicultura? Quais são as conseqüências disto?

Luiza Chomenko - Este tema tem sido amplamente discutido nos últimos meses e é importante que a discussão seja cada vez mais ampliada, envolvendo todos os setores da sociedade. O zoneamento que está sendo feito por profissionais da FEPAM, FZB e outras instituições, busca exatamente identificar os locais adequados para as plantações. Então, caso se pense numa forma correta, pode-se afirmar que, em algumas partes do Estado, é possível se implantar silvicultura sem ampliar problemas já existentes. Entretanto, considerando a realidade atual, é altamente preocupante o que se vê, pois as plantações vêm sendo ampliadas sem cuidados prévios sejam tomados. Certamente, teremos conflitos imensos, com conseqüências desastrosas, e, por vezes, situações irreversíveis.

Algumas conseqüências já podem ser observadas, como a falta de água em algumas regiões, empobrecimento do

solo - com necessidades de constantes acréscimos de insumos -, redução de potencialidade de usos atuais ou até eliminação de outros usos que vêm sendo mundialmente valorizados e que têm em conta a constante integração homem/natureza. As conseqüências são inúmeras e envolvem aspectos tanto de ordem ambiental quanto de ordem social, cultural e econômica. Resta, ao fim, se perguntar a quem efetivamente interessa um modelo de desenvolvimento nesses moldes e que vantagens o Rio Grande do Sul e o Brasil têm. Um fator adicional às plantações, sobre as quais muito se tem referido, é a implantação posterior de fábricas de celulose e toda gama de problemas decorrentes destas situações, pois estarão criando novas fontes de impactos adversos com tendência a aprofundar as preocupações no que tange aos conflitos em relação às realidades locais.

De tudo o que se falou, é fundamental salientar que cada vez mais se faz necessária uma ampla discussão com toda sociedade para que ela também participe, tome decisões e cobre, dos setores responsáveis, medidas que respeitem seus direitos como consumidores e cidadãos. Este é um elo de uma cadeia que pretende manter o Planeta sustentável ainda por muitas gerações.

***IHU On-Line* - Na próxima semana, a senhora irá palestrar sobre o "Aquecimento Global no cotidiano". Como o tema será tratado?**

Luiza Chomenko - O tema aquecimento global vem sendo tratado como algo que está muito distante de nossa realidade e que não terá maiores efeitos sobre nossas vidas. O que não se tem verificado é uma adequada percepção de alguns aspectos relacionados ao cotidiano e que já são o efeito - embora ainda pequeno - das mudanças que estão por vir. Por outro lado, a população, de uma forma geral, não está se dando conta que de tudo o que se aproxima, em termos de mudanças climáticas, é conseqüência de um modelo de comportamento altamente predador e autodestruidor.

Parte destas questões é culpa de cada pessoa, mas também isto decorre das formas como as informações chegam ao destino final. Desta forma, o que será abordado será uma visão integrada (ou integradora) de saberes já disponíveis a partir de pesquisas e estudos científicos e uma forma de estimular percepções de nossos modelo de consumo e comportamento no dia-a-dia.

***IHU On-Line* - Como a senhora vê a sociedade tratar essa questão que só recebeu atenção da mídia neste ano após o relatório das Nações Unidas e do documentário do ex-vice presidente dos Estados Unidos, Al Gore, *Uma verdade inconveniente*?**

Luiza Chomenko - A sociedade, de uma maneira geral, não vê e nem trata deste tema. Alguns setores da sociedade o percebem, mas isto está longe de significar que algo esteja sendo feito para ajudar a reduzir o problema. Veja que a situação chegou num ponto muito crítico e todas as informações identificadas, a partir de estudos especializados, vêm indicando que a situação é irreversível. Ora, isto não significa que se pode aumentar o problema. Há que se estimular ações que possibilitem frear esta situação ou, no mínimo, reduzir seus impactos. De outra forma, é preciso começar a identificar estratégias e formas de agir que permitam uma adaptação das populações humanas ao novo momento que está chegando e que, com certeza, vai interferir na vida do planeta, considerando-se aspectos ambientais, sanitários, sociais, culturais ou econômicos.

***IHU On Line* - A senhora afirma que o modelo de consumo atual é a causa desta tragédia que se inicia. O que a senhora imagina deva ser feito para minimizar as conseqüências do aquecimento global?**

Luiza Chomenko - Este será o tema de uma apresentação que farei no próximo dia 14, num evento na Assembléia Legislativa em Porto Alegre. Inicialmente,

identificarei uma forma de estimular que ocorra uma efetiva percepção por parte da população em geral (em todos segmentos de uma sociedade) e não apenas daqueles indivíduos diretamente envolvidos com o tema, como, por exemplo, cientistas, mídia em geral ou, eventualmente, políticos e tomadores de decisão. Alguns aspectos básicos tratam disso como sendo “consumo consciente”, que implica a aquisição de produtos realmente necessários, preferencialmente aqueles com alguma identificação de “ambientalmente compatível/amigável”, que economize energia, poupe água etc.

Outra questão importante é o próprio modelo de utilização de transportes. Veja que se discute muito atualmente a mudança de tipo de combustível, mas nunca se trata do modelo de transportes. Atualmente, há várias formas de se abordar tais questões, mas um ponto importante é que realmente as pessoas passem a perceber que o Planeta está mudando, e cabe a nós uma parte da responsabilidade de conservá-lo para as futuras gerações.

Plebiscito sobre a anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce

ENTREVISTA COM MARCOS ARRUDA

A cerca de um mês do plebiscito sobre a reestatização da Vale do Rio Doce, a IHU On-Line entrevistou o economista Marcos Arruda, do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS. Na entrevista, Marcos relaciona o plebiscito da Vale com o primeiro plebiscito que ajudou a conceber: o da dívida externa. Fala, ainda, sobre a questão do desenvolvimento brasileiro e de quanto a Vale do Rio Doce pode contribuir para este projeto. Para ele, a Vale “precisa ser uma empresa que tenha como objetivo principal beneficiar as populações dos locais onde ela vai operar, em termos de emprego, de royalties, cuidado com o meio social e ambiental”.

Marcos Arruda é socioeconomista do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS. Coordenador da Jubileu Sul e da Rede Brasil sobre Instituições Multilaterais, é formado em Filosofia, Letras, Geologia e Economia. Foi vítima de perseguição política, pois utilizava o método de Paulo Freire para alfabetizar os trabalhadores. Ao retornar do exílio, ajudou a criar toda a política econômica da plataforma do PT para as campanhas de 1989 e 1994. Foi, também, um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase. Confira a entrevista concedida originariamente ao site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 08-08-2007.

IHU On-Line - Sobre o plebiscito da dívida externa, você ressaltou o caráter pedagógico da mobilização. Este plebiscito sobre a reestatização da Vale do Rio Doce também possui caráter pedagógico? Por quê?

Marcos Arruda - Absolutamente. Todos os plebiscitos informais levados adiante pelo Movimento Popular no Brasil têm como objetivo principal o de educar. A idéia é instruir e mobilizar a população em torno de temas que os cidadãos deveriam estar definindo, se pronunciando e participando das decisões junto com o governo. Na falta de instrumentos aplicados da democracia direta, como é o plebiscito oficial que está contido na Constituição de 1988, e na falta de vontade do governo de conchamar plebiscitos desse tipo para consultar a população sobre temas de interesse estratégico do país e da população, nós estamos tomando essa iniciativa já há sete anos, desde o primeiro plebiscito sobre as dívidas externa e interna e o acordo com o FMI.

IHU On-Line - Como você acha que a discussão sobre a reestatização deve ser feita, levando em conta que a Vale do Rio Doce é grande consumidora de diversos recursos naturais?

Marcos Arruda - A Vale do Rio Doce é tomada por nós como um exemplo, pois tem uma espécie de janela para toda a problemática da economia brasileira. Essa empresa tem uma dimensão puramente mineradora no que se refere à produção e a exportação de minério, tais como ferro, alumínio e ouro. No entanto, ela também tem uma enorme quantidade de terras no seu controle. Nem todos os depósitos que estão nessas terras, aliás, já foram identificados. A Vale controla um patrimônio gigantesco maior do que os valores que estão assegurados nos seus balanços anuais e no valor de mercado de suas ações. Tudo isso é inferior à realidade.

Além disso, ela, por controlar as terras conseqüentemente controla florestas, processos de

produção de energia. Isso influi na vida de comunidades que fazem parte ou foram deslocadas dessas terras, como comunidades indígenas e de trabalhadores rurais, que são afetados pelas atividades da Vale, que controla, desse modo, tanto uma grande quantidade de água quanto de superfície e subsuperfície. Então, toda essa influência que a Vale tem sobre a sociedade, sobre a economia brasileira e sobre o meio ambiente fazem parte do foco desse plebiscito. É por isso que a nossa cartilha é bem mais ampla do que puramente sobre o tema do reconhecimento da nulidade do processo de privatização da empresa.

IHU On-Line - Como você relaciona a questão do plebiscito sobre a Vale do Rio Doce com a questão do endividamento do País?

Marcos Arruda - Antes, é importante nós conhecermos um pouco sobre a história desse endividamento. Nos anos 1970, a Vale do Rio Doce foi instrumento de endividamento externo, captando recursos do exterior a juros muito baratos. Uma parte dessa captação certamente serviu para encher os déficits financeiros do próprio governo e viabilizar pagamentos de juros com mais endividamentos. Isso aconteceu com a Eletrobrás, com a Vale e com outras várias empresas estatais. Depois disso, nós temos a Vale como uma tomadora de recursos externos. Agora, eu acho que o que interessa mais no momento, em nossa campanha, é a comparação dos valores que o Estado brasileiro recebeu pela privatização com os valores que a Vale recebeu do governo brasileiro. No caso, o Governo Lula tem pagado aos credores das dívidas interna e externa pública. Veja especificamente esses números para entender a gravidade dessa situação: a Vale foi privatizada em 1997 por um valor de R\$ 3,337 bilhões. Esse era o valor de mercado das ações. Não se considerou todo o patrimônio, pois tudo o que ela tinha sob controle (terras, minas, águas, florestas, ou seja,

tudo o que é riqueza real e recurso comum público da nação) entrou no bolso dos atuais controladores.

Então, o valor de R\$ 3,337 bilhões pode ser comparado com quanto o Brasil pagou nove anos depois, em 2006, pela dívida pública e amortizações. No ano passado, o governo pagou um total de R\$ 295 bilhões, o que corresponde a R\$ 22,8 bilhões por mês. Isso quer dizer que a cada mês do ano passado os banqueiros receberam um valor correspondente ao de sete Vales do Rio Doce. Isso é um contraste tão espantoso e, só então, pudemos nos dar conta da gravidade, do crime que foi privatizar essa empresa.

Além disso, temos que acrescentar que o fato de uma das empresas avaliadoras da Vale do Rio Doce, do valor nominal financeiro que seria usado para privatização, foi uma que participa hoje do controle dela. É uma das subsidiárias do Banco Bradesco e que, já na época, servia de biombo para a Mitsui, que é uma empresa transnacional de base japonesa. Assim, os jornais anunciam que a Vale teve um lucro total de cerca de US\$ 15 bilhões no ano. Todos nós precisamos ler nas entrelinhas que mais da metade desse valor vai para o exterior na forma de divisas para pagar dividendos aos controladores atuais dela. Então, tudo isso significa um agravamento das contas externas do Brasil e tem a ver com o fato de que a Vale é um pivô na problemática das dívidas brasileiras e da relação financeira do Brasil com a economia internacional.

***IHU On-Line* - E como é o caso que mostra a Vale do Rio Doce dez anos antes de ser privatizada?**

Marcos Arruda - Em 1987, foi publicado no jornal *Tribuna da Imprensa* uma matéria contando que o governo japonês mandou seu embaixador e o membro da Mitsui no Conselho de Administração da Vale visitarem o presidente Sarney, para oferecerem o seguinte negócio: o Japão gostaria de receber a concessão para explorar durante 30 anos, a província mineral de Carajás, ao invés

de pagar em dinheiro a dívida externa brasileira. A dívida, na época, estava em torno de US\$ 106 bilhões. Nesse tempo, o Japão já tinha representantes de empresas privadas, como a Mitsui, no Conselho de Administração da Vale do Rio Doce. A província mineral de Carajás, vale lembrar, é só uma pequena fração do total da Vale. Sarney, na época do convite, ficou eletrizado num primeiro momento e, depois de refletir, viu que haveria um risco político de enorme peso, principalmente porque isso se deu um ano e meio depois que o governo militar tinha sido substituído por um governo civil. Ele avaliou que não haveria condições políticas para fazer um negócio como esse e cancelou a história.

***IHU On-Line* - Como o pagamento da dívida se reflete na vida do cidadão comum?**

Marcos Arruda - A segunda pergunta das quatro do plebiscito, que foram acordadas na plenária da assembleia popular no mês de junho, tem a ver com esse assunto. Eu vou relatar e você vai entender o impacto que tem a dívida: “O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, ao invés de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?”. Assim, o governo dá prioridade a esse pagamento (o Governo Lula se recusou a fazer uma auditoria das dívidas herdadas do FHC e decidiu, ainda, dar uma continuidade pior a este assunto), aumenta o percentual do superávit primário e, ainda, reserva uma parte do orçamento para o pagamento dos juros. Ou seja, o resto fica em segundo plano. Nós estamos questionando essa política de prioridades, dizendo que é por causa dela que não há dinheiro suficiente nem para investimento em infraestrutura nem para a economia interna do país, muito menos para os investimentos sociais em saúde, educação, trabalho, saneamento, alimento, cuidado materno-infantil, reforma agrária, segurança pública, setor

aéreo, setor de defesa etc.

Tudo isso está secundarizado para que os primeiros ganhadores da criação de riqueza material pelo povo brasileiro sejam os bancos privados credores das dívidas públicas interna e externa do Brasil. Isso se reflete no dia-a-dia das famílias, que pagam um preço alto pela precarização, por exemplo, dos serviços de saúde e educação. Nós temos um Estado incapaz de gerir o setor aéreo, por exemplo, do País. E quando se diz que o Estado é incapaz de gerir isso e que é preciso privatizar, como disse Delfim Neto, um porta-voz do projeto neoliberal no Brasil, em um artigo recente, devemos lembrar que no país mais capitalista do mundo, os Estados Unidos, a gestão do tráfego aéreo é feito pelos governos estaduais e nacional, ou seja, não existe um aeroporto privado norte-americano.

IHU On-Line - Por que o Estado lá é capaz e o daqui não é?

Marcos Arruda - Na verdade, o que existe, há décadas, é uma privatização do Estado brasileiro. Durante o governo militar, houve certos acenos de um projeto de Estado soberano, mas, desde que ele se tornou civil, foi ficando cada vez mais privatizado. O governo brasileiro atual segue as ondas, as pressões, principalmente, do capital privado e, sobretudo, do capital transnacional. Assim, vimos Lula também ceder a praticamente todas as pressões em todos os campos.

Outro campo que tem a ver com a vida do povo é a previdência, que o governo diz que é deficitária e inviável. O triste, entretanto, é saber que o presidente Lula foi um dos autores da Constituição de 1988, em que está prevista uma área de seguridade social, da qual a previdência é uma das três partes, ao lado da saúde e da assistencial social. Na Constituição, estão previstas fontes de financiamento da seguridade social, mas, ao longo dos anos, ela tem sido superavitária, numa quantia que vai de R\$ 15 a 30 bilhões por ano.

Como é que vai se tirar a previdência desse contexto constitucional e tomar ela isolada e dizer que ela é deficitária? Isso é uma falsidade, uma violência à constituição que acaba justificando uma reforma que vem para acabar com as conquistas que o mundo do trabalho conseguiu ao longo de décadas de luta social. Como você vê, há uma malha de inter-relações que acaba tendo como principal pagador de promessa o povo brasileiro. Há alguns dias, saiu, no *Le Figaro*, uma grande reportagem contando que nunca os ricos no Brasil tiveram tantos ganhos, privilégios, benefícios quanto durante o governo Lula. Isso é muito triste de ver, ainda mais que o Governo Lula vem com a estampa de ser popular. Como é que um governo popular conseguiu tanto benefício justamente para as elites endinheiradas do nosso País e do exterior?

IHU On-Line - Como a reestatização da Vale do Rio Doce pode contribuir para o desenvolvimento brasileiro de forma solidária e sustentável?

Marcos Arruda - Eu quero observar que a Vale do Rio Doce anterior à privatização não era tão boa assim para o meio ambiente nem para a sociedade, porque ela já era, em parte, uma empresa privada: o seu modo de operar era o de uma empresa comercial, pois estava atrás de lucro. A grande diferença é que esses lucros iam, predominantemente, para o Estado brasileiro, ou então viabilizavam investimentos na economia nacional. Além disso, a outra vantagem é que a empresa era, predominantemente, administrada pelo Estado que definia a estratégia da empresa em função de um projeto de desenvolvimento do país. Ao longo dos anos Collor, FHC e, agora, Lula, o Brasil deixou de ter um projeto próprio de desenvolvimento. Então, uma empresa como a Vale do Rio Doce, ou como a Petrobras, ou um banco como o BNDES, passaram a flutuar num espaço, a ter como objetivo operacional e econômico a realização de lucros para si próprios. No caso do BNDES, o banco está

orientando investimentos e empréstimos em função do que se chama de desenvolvimento falso, que é o crescimento econômico sobretudo do setor privado.

Então, empréstimos do BNDES têm ido para o setor privado, inclusive para empresas transnacionais, o que, em nossa opinião, é uma grande distorção. É por isso que, dentro da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, nós acabamos de produzir uma plataforma BNDES, ou seja, um documento com propostas à direção do banco e com uma reavaliação do seu próprio sentido e razão de ser, colocando como prioridade um projeto próprio de desenvolvimento do Brasil e redefinindo as prioridades dos empréstimos e créditos do banco para reforçar esse desenvolvimento. Então, estão colocadas aí uma série de sugestões de como o BNDES pode se tornar um banco transparente, permeável a sugestões, que presta contas à sociedade, a fim de que cumpra seu papel social, econômico e político em torno da soberania do nosso País.

O projeto Vale do Rio Doce

Com a Vale do Rio Doce, acontece mais ou menos a mesma coisa, pois se trata de uma empresa que precisa de uma profunda transformação. Precisa ser uma empresa que tenha como objetivo principal beneficiar as populações dos locais onde ela vai operar, em termos de emprego, de royalties, cuidado com o meio social e ambiental. Não é o caso agora, pois, se você observar o que a Vale faz no Pará, perceberá que o caso é lamentável, pois está se produzindo minério maciçamente para exportar e uma pequena parte vai ficar como royalties, ou seja, são apenas os “buracos” que vão ficar para o povo desse estado.

Além disso, o trabalho é escravo e as fontes de energia incluem a construção de empresas termoelétricas usando carvão vegetal. Isto é, destruindo florestas num momento em que estados estão preocupados com os efeitos da emissão de gases estufa que aceleram o aquecimento global. Há uma série de aspectos a serem revisados. Nós acreditamos que a empresa nas mãos do governo e do povo será mais viável para o desenvolvimento social e humano do nosso País.

Comunicação digital: poros, pesquisa e desafios

ENTREVISTA COM MASSIMO CANEVACCI

Na segunda semana de maio deste ano, o antropólogo italiano Massimo Canevacci esteve na Unisinos para ministrar a aula-conferência intitulada “Audiovisualidades nas mídias e a porosidade da comunicação digital”. A IHU On-Line aproveitou e conversou com Canevacci sobre múltiplas identidades, sobre a pesquisa em relação aos bororos e os vácuos na comunicação digital. Durante a entrevista, feita pessoalmente, Canevacci falou sobre seus planos de criar um etnólogo em Second Life e, ainda, sobre a importância da pesquisa acadêmica sobre comunicação digital.

Canevacci é professor de Antropologia Cultural do Departamento de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade La Sapienza de Roma e editor da revista Avatar. Ele já publicou vários trabalhos sobre a realidade brasileira. É autor de livros como Antropologia da comunicação visual (Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001) e Antropologia do cinema (São Paulo: Editora Brasiliense, 1990). Confira a entrevista publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 15-05-2007.

IHU On-Line - O senhor viaja bastante ao Brasil. Qual é a sua definição do País?

Massimo Canevacci - Posso dizer que aqui se faz uma política com a multiplicidade dos partidos. Por isso, é um tipo de política que não se organiza apenas no coração de um partido. Na verdade, eu gosto mais de um tipo de política que se desenvolve nos movimentos, na autonomia dos movimentos, seja individual, seja mais grupal. A reeleição do Governo Lula tem elementos interessantes, pois há uma segunda chance para tentar realizar um programa que todo mundo esperava que fosse melhor. No geral, a política externa de Lula é ótima. A interna, no entanto, é discutível.

IHU On-Line - Quais são os desafios e os "pontos altos" da pesquisa que o senhor fez sobre os bororos⁷?

Massimo Canevacci - Encontrei muitos desafios, porque antes já fiz pesquisas sobre os xavantes⁸, que são tradicionalmente inimigos do bororo. Comecei quando

⁷ **Bororos:** tribo indígena brasileira do estado do Mato Grosso. É também o nome da língua falada por essa tribo. Seu tronco lingüístico é o Macro-Jê, autodenominada Boe. Os Bororo também são conhecidos pelos nomes de “Coroados” ou “Parrudos”. Sua população atualmente é de cerca de dois mil indivíduos, que são tradicionalmente caçadores e coletores, porém adaptaram-se à agricultura, da qual extraem sua subsistência. (Nota da *IHU On-Line*)

⁸ **Xavantes:** grupo indígena que habita o Leste do estado brasileiro do Mato Grosso, mais precisamente nas Reservas Indígenas Areões, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, São Marcos, bem como o Noroeste de Goiás, nas Colônias Indígenas Carretão I e Carretão II. Atualmente, sua população é composta de 7.100 pessoas. Sua língua é a “A’uwen”, do tronco lingüístico Macro-Jê e têm como atividade predominante a caça, a pesca e a coleta de frutos e palmeiras. (Nota da *IHU On-Line*)

um grupo de bororos chegou à faculdade em que trabalho, em Roma, com o objetivo de me oferecer um presente e me convidar para visitar a aldeia deles. Então, fui lá e iniciei a tentativa de entender uma cultura diferente da dos xavantes, pois esses são bravos, guerreiros muito fortes. Os bororos me convidaram para assistir a um funeral, o momento mais criativo e extraordinário de sua cultura. Na ocasião, morreu um mulher muito importante e me convidaram, coisa muito rara, para assistir ao funeral. Então, fui a ele, o que foi um desafio muito forte para mim, uma experiência muito forte, única, e também dura, muito dura. E depois escrevi um livro que saiu na Itália há três meses atrás e espero que seja traduzido no Brasil.

Os pontos altos foram focalizar o que significa o conceito de morte numa cultura profundamente diferente da nossa. Isso se constitui, na verdade, num desafio. Agora não sei se exatamente consegui resolver esse desafio. Outro desafio foi que o antropólogo não pode interpretar outras culturas da maneira tradicional. E com os bororos também devemos ser assim, porque eles se auto-representam. Então, o desafio para mim da auto-representação é fundamental nesse sentido, porque a interpretação de uma cultura é uma tensão, um conflito entre o antropólogo e os pertencentes àquela cultura. Eu consegui fazer isso porque organizei um grupo de pessoas com três bororos que filmavam o mesmo ritual.

O funeral

Sobre a morte, o mais impressionante foi momento final. Estávamos todos dormindo no centro da aldeia, era noite de lua cheia e só um velho bororo estava cantando com som de maracá, com três mulheres sentadas fazendo contracanto. Eu fiquei olhando e escutando, mas fiquei impressionado porque ele continuava a cantar com uma força sempre maior, sempre mais forte e eu não entendi o motivo. Quando perguntei o motivo dessa força que

vinha crescendo dentro dele, entendi que ele não estava sozinho, pois estavam ali todos os mortos bororos, de todos os tempos. Quando entendi isso, tive uma sensação muito estranha.

IHU On-Line - Para o senhor, quais são os “poros” que ainda podem ser preenchidos na Comunicação Digital do mundo? E do Brasil?

Massimo Canevacci - Na verdade, a questão da comunicação visual e digital sempre foi o assunto principal da minha pesquisa. Seja em relação a uma metrópole como São Paulo, seja na mudança tecnológica que justamente relaciona o corpo à tecnologia digital. Então, acho que a potencialidade de libertação que a cultura digital tinha, no início, agora é um pouco mais problemática, no sentido das possibilidades de desenvolver uma multiplicidade de “eus”. Afirmo isso porque na cultura digital, que é conectiva (3), não existe “nós”, e sim “eus”, à medida que cada pessoa pode desenvolvê-los no interior da própria subjetividade. Isso significa um desafio forte na tradição da identidade no sentido singular. Significa fazer uma transformação profunda de pluralizar não só um conceito, mas também uma maneira lógica, que não se deve apenas à linguagem, mas ao cotidiano também. Então, eu acho que essa possibilidade de pluralizar os “eus”, a linguagem, a identidade, as políticas, as culturas estão num momento muito difícil agora, pois há forças muito claras que estão tentando desestabelecer a ordem normativa do domínio de uma lógica e de uma política tradicional. Isso significa uma mudança profunda da política porque o contexto social favorece o sistema de mudança, e mais ainda o contexto comunicacional. Eu espero que a universidade possa favorecer um tipo de desenvolvimento da cultura digital em direção a uma libertação dos “eus”.

IHU On-Line - E como o senhor vê a pesquisa

acadêmica em comunicação digital?

Massimo Canevacci - No momento, a minha sensação é a seguinte: a de que se utiliza, infelizmente, o instrumento, a metodologia tradicional para entender uma coisa que está destruindo a metodologia tradicional. Não dá para utilizar um conceito, uma teoria, método, um paradigma baseado sobre a cultura analógica para tentar organizar a cultura digital que é totalmente diferente. Nesse sentido, muitas pesquisas parecem querer enquadrar o que está acontecendo numa moldura do passado.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a passagem do mundo televisivo para o mundo digital, comparando países que já transformaram totalmente seu sinal de transmissão televisiva e países como o Brasil, que estão em processo de transformação?

Massimo Canevacci - Na Europa, fala-se, normalmente, de três níveis. O primeiro é relativo à TV tradicional que nós chamamos de generalista, isto é, que tem telejornal, publicidade, filme, esporte, ou seja, uma televisão que organiza um palimpsesto (4). Este tipo de televisão, em grande parte, está em crise, mas me parece que no Brasil ainda vive bem. Depois nasceram, nos últimos anos, televisões especializadas em determinados temas, como esportes, filmes, arte, e isso é interessante mas, ao mesmo tempo, se aplica a um padrão tradicional. O terceiro tipo de televisão é o da televisão digital, nas quais a pluralização é fundamental porque o financiamento para desenvolver esse tipo de televisão no mundo é agora muito barato. Sob esse ponto de vista, a idéia de linguagem deve favorecer um tipo de comunicação transcultural (5). Nesse sentido, a televisão digital é a televisão que nunca mais unificará o público da televisão tradicional.

IHU On-Line - Como o senhor vê a etnografia em tempos tão “internéticos”?

Massimo Canevacci - Isso é interessante porque, por exemplo, a etnografia, que antes era um método da antropologia, agora virou um método que as ciências sociais podem utilizar. Na cultura digital, eu queria fazer o seguinte: *Second Life*⁹ é um espaço digital onde você cria uma avatar¹⁰, uma segunda, terceira identidade, e você pode experimentar um mundo paralelo, fazendo, desse modo, uma duplicação do mundo real. O desenvolvimento de *Second Life* é enorme, seja como experiência de signo das pessoas, seja como economia, pois está envolvendo muito dinheiro. Então, há muitos tipos de experiência, seja de design, seja musical, corporal e também sexual. Desse modo, a minha idéia, quando voltar a Roma, é criar um etnógrafo em *Second Life* para fazer pesquisa, a fim de ver o que acontece.

IHU On-Line - Como a cultura se renova em tempos de comunicação cada vez mais digital?

Massimo Canevacci - Aqui também eu queria pluralizar o conceito Inovação das culturas. Por exemplo, o

⁹ **Second Life**: ambiente virtual e tridimensional que simula em alguns aspectos a vida real e social do ser humano. Dependendo do tipo de uso pode ser encarado como um jogo, um mero simulador, um comércio virtual ou uma rede social. O nome *second life* significa em inglês “segunda vida”, que pode ser interpretado como uma “vida paralela”, uma segunda vida além da vida “principal”, “real”. Dentro do próprio jogo, o jargão utilizado para se referir à “primeira vida”, ou seja, à vida real do usuário, é “RL” ou *Real Life*, que se traduz literalmente por “vida real”. Para conhecer mais sobre o tema, confira a edição 226 da *IHU On-Line*, de 02-07-2007, intitulada **Second life: uma fábrica de sonhos e desejos**. No site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, www.unisinos.br/ihu, digite *Second Life* no mecanismo de busca das *Notícias do Dia* e confira a ampla cobertura que vem sendo dada ao assunto. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ **Avatar**: no Hinduísmo, um avatar é uma manifestação corporal de um ser imortal, por vezes até do Ser Supremo. Muitos não-hindus, por extensão, usam o termo para denotar as encarnações de Deus em outras religiões, como Buda ou Jesus Cristo. Em informática, avatar é a representação gráfica de um utilizador em realidade virtual. De acordo com a tecnologia, pode variar desde um sofisticado modelo 3D até uma simples imagem. (Nota da *IHU On-Line*)

indígena tinha dificuldade de utilizar a tecnologia analógica, era complexo, muito caro, e tinha uma necessidade de um contínuo ajuste. Agora a tecnologia digital favorece. Isso é extraordinário. É de uma grande importância para a cultura indígena, mas também para um tipo de juventude que, tradicionalmente, não gosta de ler e escrever e que pode desenvolver um tipo de linguagem, um tipo de cultura que é ligada à dimensão digital e assim desenvolver a leitura e a escrita com uma nova cultura. Por exemplo, um jovem de Porto Alegre pode fazer uma música, pode colocá-la no YouTube etc. Se algumas pessoas gostarem, podem modificá-la, transformá-la, tornando-a um sucesso em Roma, Nova York ou Pequim, favorecendo um tipo de mobilidade extraordinária. Acho que este lado da cultura digital acaba incluindo um sujeito que tradicionalmente era excluído da produção de cultura, podendo agora produzir.

IHU On-Line - Quais são as contribuições que Adorno e Benjamin, filósofos que na nossa última entrevista o senhor estava pesquisando, oferecem para entender as culturas contemporâneas?

Massimo Canevacci - Essa é uma bela pergunta porque agora está saindo na Itália o meu livro, o qual espero que também seja traduzido no Brasil. Ele se chama *O estupor da facticidade*. O conceito desenvolvido nele foi utilizado por Adorno¹¹ para criticar um tipo de método de Walter Benjamin¹². Neste método, Benjamin

¹¹ Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da *IHU On-Line*)

¹² Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e

não conseguiu sair da facticidade do objeto da sua pesquisa, das coisas da sua pesquisa e da mercadoria da sua pesquisa. Facticidade unifica objeto, coisa e mercadoria. Adorno enviou, então, a Benjamin uma carta relatando o fato. Só que Benjamin responde a Adorno, em uma outra carta extraordinária, onde ele reivindica o estupor da facticidade como a filologia da sua metodologia, que é finalizada na destruição da dimensão fetichista da mercadoria. A partir disso, eu tentei utilizar um contexto bem diferente, justamente o da cultura digital. De qualquer modo, acho que esse tipo de discussão, no final dos anos 1930, entre Adorno e Benjamin, foi o momento alto da reflexão não somente filosófica como também comunicacional e política. Então, eu tentei aplicar o estupor que a publicidade, a metrópole, a arquitetura, o design, a arte e o corpo trazem na comunicação contemporânea. E, graças a esse estupor, tento entrar no corpo disso para tentar continuar a destruir as novas formas de fetichismo.

diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da *IHU On-Line*)

Lévinas: justiça à sua filosofia e a relação com Heidegger, Husserl e Derrida

ENTREVISTA COM RAFAEL HADDOCK-LOBO

Da existência ao infinito: ensaios sobre Emmanuel Lévinas, *do professor Rafael Haddock-Lobo, lançado recentemente, foi escrito com o intuito de homenagear o filósofo lituano que, em 2006, completaria cem anos. Lobo apresenta, neste livro, um Lévinas voltado para as questões da Filosofia, algo novo no Brasil, pois grande parte das obras dele publicadas aqui estão focadas na Teologia. “Dever-se-ia, para Lévinas, pensar o direito do outro homem e não mais o direito do homem. Isso é fantástico, bem como o belíssimo papel que Lévinas concede à mulher como figura fundamental para a ética”, relata Lobo em entrevista, realizada por e-mail, à IHU On-Line. Na conversa que segue, Lobo fala da relação entre Lévinas, Heidegger e Husserl e, ainda, da influência de Lévinas sobre a obra de Derrida. Confira a entrevista publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 31-08-2007.*

Rafael Haddock-Lobo é graduado em Filosofia, pela UFRJ, e em Letras, pela Universidade Salgado de Oliveira. Seu mestrado em filosofia foi realizado na PUC-Rio e teve como tema Da existência ao infinito: a redução ética no pensamento de Emmanuel Lévinas. No doutorado, também pela PUC-Rio, elaborou a tese Por um pensamento úmido - A Filosofia a partir de Jacques Derrida. É pós-doutor em Filosofia, pela USP. Atualmente, é professor da USP, da Casa do Saber e da PUC-Rio. É também autor de Derrida e o labirinto de inscrições (Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007). Na edição 187 da IHU On-Line, de 03-07-2006, Haddock-Lobo concedeu-nos a entrevista A desconstrução em Heidegger, Lévinas e Derrida.

IHU On-Line - Do rompimento com Heidegger ao isolamento provocado pelo campo de trabalho nazista, como podemos analisar o outro Lévinas, ou seja, a sua filosofia antes e depois desses momentos que marcaram sua vida?

Rafael Haddock-Lobo - Lévinas¹³ tem, ao menos, dois grandes méritos no que diz respeito ao panorama do pensamento francês contemporâneo: o primeiro é ter sido o grande responsável pela entrada dos pensamentos de Husserl¹⁴ e Heidegger na França. Por isso, até hoje, Lévinas ainda é bastante respeitado como um grande comentador dos mestres alemães. O que acontece é que, após sua experiência pessoal com o absurdo do nazismo, ele começa a pôr em questão certa periculosidade do pensamento, o que ele chamaria de uma convivência da razão com o mal. A partir de então, pode-se ver o pensamento levinasiano voltado mais radicalmente às questões éticas.

Mas não uma ética baseada em códigos morais - pois isso ainda é uma ética fundamentada na mesma razão que se cega ao outro, quando é conivente com o mal -, e sim uma que pensa justamente a “relação com o outro”, ao trazer para a filosofia questões que, antes, não eram consideradas “dignas de serem pensadas”, como a fome, por exemplo. Mas isso não em nome apenas destes outros

¹³ **Emmanuel Lévinas (1906-1995):** filósofo lituano, nascido na cidade de Kaunas (ou Kovno), de descendência judaica e naturalizado francês, bastante influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi tradutor, assim como pelas obras de Martin Heidegger. Seu pensamento parte da idéia de que a ética, e não a ontologia, é a Filosofia primeira. É no face-a-face humano que se irrompe todo sentido. Diante do rosto do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à idéia o Infinito. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁴ **Edmund Husserl (1859-1938):** filósofo alemão, principal representante do movimento fenomenológico. Marx e Nietzsche, até então ignorados, influenciaram profundamente Husserl, que era um crítico do idealismo kantiano. Husserl apresenta como idéia fundamental de seu antipsicologismo a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como o da intuição eidética e epoché. Pragmático, Husserl teve como discípulos Martin Heidegger, Sartre e outros. (Nota da *IHU On-Line*)

“próximos”, mas também para se fazer justiça ao princípio de alteridade, que faz com que todo outro seja totalmente outro. Um grande exemplo disso pode ser encontrado em um grande marco de seu pensamento, que é *Da existência ao existente*.

IHU On-Line - A obra de Lévinas, segundo Derrida, ficou restrita ao campo teológico. Por que é tão importante resgatar a filosofia de Lévinas?

Rafael Haddock-Lobo - Derrida¹⁵ aponta certa ausência de referências a Lévinas em textos filosóficos célebres que tratam da ética ou mesmo de pensamentos da diferença. Sempre me pergunto como filósofos como Deleuze¹⁶ e Foucault¹⁷ podem não fazer nenhuma menção

¹⁵ **Jacques Derrida (1930-2004):** filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973); *L'Ethique du don* (1992), *Demeure, Maurice Blanchot* (1998), *Voiles avec Hélène Cixous* (1998) e *Donner la mort* (1999). Dedicamos a Derrida a editoria *Memória* da *IHU On-Line* edição 119, de 18-10-2004. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁶ **Gilles Deleuze (1925-1995):** filósofo francês. Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, enfim conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁷ **Michel Foucault (1926-1984):** filósofo francês. Suas obras, desde *História da loucura* até *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *A arqueologia do saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e punir* e *História da sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o

a Lévinas. Nesse sentido, Derrida foi certamente o primeiro filósofo a dar o devido destaque ao pensamento levinasiano, e isso já em 1964, quando, em um texto chamado “Violência e metafísica”, Derrida coloca o filósofo lituano ao lado de Husserl e Heidegger. De minha parte, eu acredito realmente na importância de se destacar os aspectos estritamente filosóficos do pensamento de Lévinas. É isso que em meu livro *Da existência ao infinito: ensaios sobre Emmanuel Lévinas* eu tento fazer: apresentar alguns traços importantes que Lévinas traz à filosofia, como a crítica à ontologia, a recontextualização do humanismo, o problema da morte, do amor e da justiça, entre outros. E esses aspectos certamente caracterizam Lévinas como um filósofo que traz algo novo para a experiência de pensamento e, arriscaria eu dizer, que nunca fora devidamente pensado: a alteridade mesma.

***IHU On-Line* - Lévinas percebeu o quanto o pensamento de Heidegger, e não apenas o ser humano Heidegger, podia ser perigoso, pois foi conivente com a expulsão dos professores judeus da Universidade de Freiburg. O pensamento de Lévinas é uma resposta à filosofia de Heidegger?**

Rafael Haddock-Lobo - Certamente que sim. Creio que, por ser a grande referência nos textos levinasianos, Heidegger é sempre uma inspiração para Lévinas, seja de

poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a *IHU On-Line* dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004 e edição 203, de 06-11-2006, ambas disponíveis para *download* na página do IHU. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault. (Nota da *IHU On-Line*)

modo positivo, seja de modo negativo. Lévinas sempre soube o quão devedor de Heidegger ele e toda a filosofia contemporânea são. A crítica ao sujeito, à filosofia subjetiva, que Heidegger empreende, é fundamental para o pensamento levinasiano. E, com sua decepção com o “ser humano” de Heidegger, Lévinas dedica-se a pensar a própria filosofia ocidental como um problema. É nesse sentido que podemos ver uma constante referência crítica a Heidegger, mesmo que de modo implícito: ao abraçar o existente, ao invés da existência; a ética em detrimento da ontologia; ao ver o Outro em vez de o Ser etc.

***IHU On-Line* - Você afirma que Lévinas ficou muito preso ao humanismo. Como vê a maneira com que Lévinas pensou sobre a relação do homem com outro homem, com a mulher e com o filho? Quais são as suas observações sobre as teorias de Lévinas?**

Rafael Haddock-Lobo - Nessa sua tentativa de insistir no perigo que a cegueira do pensamento ocidental vem cristalizando desde a Grécia até Heidegger, Lévinas - ainda que absorva as críticas que Heidegger faz ao Humanismo, que seria sempre metafísico - tenta repensar o modelo humanista, sempre voltado ao Homem, mas agora segundo o chamado do Outro Homem. Isso, certamente, é um rumo bem interessante que se dá ao humanismo, mas ainda é excessivamente humanista. Como entender isso? Lévinas critica, por exemplo, o estatuto dos direitos humanos, no sentido de que esse é sempre uma instituição feita pelo “mesmo” (isto é, o homem ocidental, do sexo masculino, branco, do hemisfério norte, heterossexual etc.) em favor do “outro”. O que significa que o modelo de pensamento ainda é o mesmo.

Dever-se-ia, para Lévinas, pensar o direito do outro homem e não mais o direito do homem. Isso é fantástico, bem como o belíssimo papel que Lévinas concede à mulher como figura fundamental para a ética, por se

tratar do elemento acolhedor por excelência e, por isso, a abertura ao outro. Com isso, Lévinas traz a figura do filho como aprendizado ético por excelência. Ele traz o imperativo do desinteresse da bondade e do amor.

Todas essas imagens que Lévinas traz são importantíssimas para o pensamento, mas ainda deixam a desejar porque se prendem exclusivamente ao homem como alteridade: a figura do “rosto do outro”. Para ele, o chamado ético é sempre um rosto humano, bem como a própria ética, estampada no “face-a-face”. Penso, por exemplo, no lugar dos animais, ou mesmo dos vegetais e minerais (se pensarmos aqui no meio ambiente: nas florestas, na água etc.). Esses outros “outros” também representam, a meu ver, um “rosto”, no sentido de um chamado ético à responsabilidade. Lévinas, em seu tempo, teve uma tarefa muito dura para trazer o outro homem para o pensamento, o existente à filosofia, mas creio ser nossa tarefa radicalizar essa tarefa e pensarmos em todas as possibilidades de alteridade, inclusive nas impensáveis...

IHU On-Line - O senhor pode nos explicar melhor o que chama, a partir do pensamento de Lévinas, de “redução ética”?

Rafael Haddock-Lobo - O termo “redução”, de papel central no pensamento de Husserl, pode ser visto como a atitude típica da fenomenologia: isto é, a suspensão (*epochê*) ou, como ficou mais conhecida, a colocação entre parênteses. No caso de Heidegger, a “redução eidética” buscava apontar a necessidade de olharmos exclusivamente aos fenômenos, ou, como dizia Heidegger, às “coisas mesmas”. Seguindo essa linha, podemos pensar como Heidegger, como fenomenólogo, empreenderia uma “redução ontológica”, isto é, uma colocação entre parênteses de todo aspecto ôntico (o que quer dizer dos entes) para se pensar radicalmente o “Ser”. Minha tentativa em *Da existência ao infinito: ensaios sobre Emmanuel Lévinas* foi pensar Lévinas

como um terceiro momento da fenomenologia: assim, ele empreenderia uma “redução ética”, a suspensão de todo elemento ontológico do pensamento, a fim de que se olhe fundamentalmente o “outro”.

IHU On-Line - Como, no livro, o senhor relaciona as linhas de pensamento e os textos de Heidegger, Lévinas e Derrida?

Rafael Haddock-Lobo - Derrida acabou, ao longo da escrita, ocupando um lugar importante, ao lado dos dois nomes que deveriam ocupar os dois “pólos” da fenomenologia que eu pretendia analisar: de um lado, a ontologia de Heidegger e, de outro, a ética levinasiana. No entanto, posso dizer que fui, desde o início, motivado pela leitura de “Violência e metafísica”, de Derrida e, ao longo da escrita, de textos como “Adeus a Lévinas”, “A palavra de acolhimento” e outros como “Força de Lei” e “Da hospitalidade”. A leitura de Derrida pretende seguir o movimento que eu acreditava necessário - e mesmo justo - ao pensamento de Lévinas: ele, em seus termos, dissemina o outro levinasiano, estendendo-o a todo e qualquer outro. Acabei me identificando muito com as leituras de Derrida, e até hoje ainda arriscaria a dizer que acredito que elas sejam mais justas com o próprio Lévinas do que as empreendidas pelos especialistas em Lévinas, pois elas dedicam-se a dar continuidade ao movimento inaugurado por Lévinas. Assim, ao tentar compreender e analisar a quiasmática relação entre Heidegger e Lévinas, acabava pensando numa terceira margem, apontada pela desconstrução de Derrida.

IHU On-Line - O pensamento de Nietzsche influenciou de que maneira o pensamento de Lévinas?

Rafael Haddock-Lobo - São dois pensamentos extremamente radicais, cada um a seu modo e com seu objetivo. Em certos aspectos, como no que diz respeito ao outro, Lévinas é certamente muito mais radical que Nietzsche. Em outro, como podemos pensar quando se

trata da arte, Nietzsche dispara à frente. São tradições e experiências de pensamento bem distintas, mas que podem ser pensadas lado a lado sim: penso, para tentar algumas aproximações aqui, no modo de escrita de ambos os filósofos, enigmáticas, não lineares, imagéticas... Ou seja, há uma crítica à escrita filosófica em ambos os autores. Além disso, posso ver claramente

Lévinas como um herdeiro - ainda que via Heidegger - das críticas que Nietzsche dedica ao humanismo. Outro aspecto interessante a se pensar é na figura do feminino em ambos os autores e, ainda, no encontro entre ética e estética que ambos possibilitam pensar.

Pensando o lesbianismo feminista

ENTREVISTA COM OCHY CURIEL

"O lesbianismo não se entende somente como uma prática sexual, mas também, sobretudo, como uma atitude de vida, uma ética emoldurada em uma proposta política." A afirmação é da ativista feminista Ochy Curriel em entrevista concedida, por e-mail, à IHU On-Line. Em junho deste ano, o site do Projeto de Desobediência Informativa publicou um interessante artigo da ativista feminista intitulado "El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora". No documento, Ochy defende o lesbianismo não como uma identidade, uma orientação ou uma opção sexual, mas como uma posição política.

Na entrevista a seguir, Ochy fala de como interpreta o movimento lesbofeminista como uma posição política, da representatividade que o movimento possui, dos grupos como o GLBT e das suas aspirações para o lesbianismo feminista. "As lésbicas, as mulheres e a humanidade devem ter uma visão integral da realidade, pois o movimento deve afetar as políticas neoliberais, a guerra, o militarismo, o racismo, os fundamentalismos na vida das mulheres, isto é, como se manifesta realmente o patriarcado em todas as suas formas atuais", acredita ela.

Rosa Inés Curriel Pichardo (Ochy) nasceu na República Dominicana. É cantora e uma importante ativista do movimento lésbico-feminista. Desde a década de 1980, trabalha pelos movimentos populares através do Centro Dominicano de Estudos da Educação, em Santo Domingo. Ajudou a fundar do Ce-mujer, uma organização não-governamental de mulheres trabalhando no departamento de assessoria comunitária. Mais tarde, na década de 1990, Ochy passa a fazer parte da diretoria da Casa pela Identidade das Mulheres Afro, uma organização feminista na luta contra o racismo e o sexismo. Ochy também fez parte da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas e Afrocaribenhas. Tem sido organizadora de dois importantes encontros continentais: o Encontro de Mulheres Negras e o Encontro Feminista da América Latina e Caribe. Confira a entrevista que publicamos originariamente no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu), em 14-08-2007.

IHU On-Line - Como o lesbianismo feminista pode ser interpretado como uma posição política?

Ochy Curiel - O lesbianismo feminista parte de um conceito-chave: a heterossexualidade como norma obrigatória e como uma instituição política que diminui a autonomia das mulheres. Isso supõe entender a heterossexualidade não como prática sexual, mas como um sistema político que implica na exploração das mulheres nos planos sexual, emocional, material e simbólico. Essa exploração tem sido respaldada pelas leis, pela religião, pelas imagens midiáticas, enfim, por tudo. A heterossexualidade tem feito com que a independência e a autonomia das mulheres fiquem apagadas da história, propondo a idéia de que elas pertencem aos homens, seja como mãe, seja como esposa. A heterossexualidade obrigatória é usada para justificar o fato de que os homens pensam que o corpo das mulheres lhes pertença e, assim, seja apenas um objeto de exploração para cometer as violências sexuais, os femicídios, a exploração do trabalho etc.

O lesbianismo feminista explica que a mulher não depende econômica, emocional e materialmente dos homens. Esse já é um ato subversivo frente ao patriarcado e frente a todas essas formas de exploração e subordinação. Não necessitamos dos homens para viver, pois criamos redes solidárias entre mulheres, sejam elas lésbicas, ou não. Essas redes têm gerado outras formas de relação, de sexualidade e prazer, nem falocêntricas nem opressoras. São outras relações sociais não hierárquicas. A partir dessa posição, o lesbianismo, então, não se entende somente como uma prática sexual, mas também, sobretudo, como uma atitude de vida, uma ética emoldurada em uma proposta política.

IHU On-Line - Qual é a representatividade do lesbianismo feminista hoje na América Latina? Qual é sua força política?

Ochy Curiel - Acho que não podemos falar em representatividade, porque no movimento lésbico-feminista nenhuma organização representa o resto das organizações, muito menos na América Latina. Acredito que, a partir dos anos 1990, atingimos o auge dos espaços lésbicos-feministas, graças ao impacto do feminismo que buscava, entre outras coisas, maior autonomia nas mulheres, fora dos partidos e sindicatos. Desde então, o corpo e a sexualidade passaram a ser centrais para a política e ele permitiu, além de questionar o caráter heterocentrado do feminismo, abrir novas brechas para o feminismo tanto como teoria social, quanto como prática política. O auge desta época se evidenciou em muitos grupos, redes, articulações, encontros internacionais, enfim, um sem-número de expressões políticas e culturais do lesbianismo feminista latino-americano que chegam até hoje em dia. Sua força política é evidenciar a heterossexualidade como sistema político, opressora em relação às mulheres e à potencialidade do lesbianismo para nossa liberdade e autonomia.

IHU On-Line - Que avanços você percebe no movimento lésbico-feminista desde seu surgimento?

Ochy Curiel - O avanço fundamental é que muitas lésbicas entenderam a importância de dar ao lesbianismo um caráter político, respaldadas pela proposta feminista. O lesbianismo feminista latino-americano é uma das correntes que se mantém mais radical nos postulados feministas, ainda que reconheçamos a existência de muitas lésbicas feministas metidas na institucionalidade, burocratizadas, dentro do movimento "Light", como o GLBT. Mesmo assim, acredito que este é um movimento com muita criatividade, apresentando cinema, textos teóricos, músicas etc. Acredito, igualmente, que ele tem criado impacto no feminismo e nos movimentos sócio-sexuais, ainda que estes não sejam reconhecidos.

IHU On-Line - O movimento ainda é mal interpretado pela sociedade civil?

Ochy Curiel - A sociedade civil é um conceito muito amplo e muito complicado, porque a constituem desde os movimentos sociais até o empresariado, desde os setores da esquerda até os setores de direita. No geral, é claro que ainda não é um movimento muito bem visto por muitos setores, porque é um dos movimentos mais radicais. A autonomia e a radicalidade das mulheres nunca são bem vistas pelos setores conservadores, sejam de esquerda ou de direita. A lesbofobia é um fenômeno muito intenso em nossos países. Além disso, acredito que ainda não temos força política para dentro da nossa sociedade conservadora, e isso se deve ao fato de que ser uma lésbica pública significa correr muitos riscos, lamentavelmente.

IHU On-Line - No artigo “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”, você fala que o movimento lésbico-feminista passou por um retrocesso na década de 1990. Este retrocesso ainda existe?

Ochy Curiel - Sim, acredito que ainda existe. Creio que um dos fenômenos foi a institucionalização que tocou a todos os movimentos sociais. Já o trabalho político mais horizontal de construção coletiva depende do Estado, dos financiamentos internacionais, que já quase não existem, pelo menos não como antes. O que existem são ONG's burocratizadas, tecnicadas, de serviços, que têm muito poucos coletivos autônomos. Somado a estes problemas, está a crise econômica pela qual nossas países têm passado, devido à globalização e ao neoliberalismo, que fazem com que cada vez mais os espaços de trabalho se reduzam. Então, se para as mulheres isto é difícil, para as lésbicas é ainda mais, pois o tempo que poderiam dedicar às ações políticas se reduz drasticamente.

Outro fenômeno que acredito que tem a ver com esse retrocesso foi a entrada do gênero como perspectiva política, pois isso fez perder a radicalidade feminista e, unida a este tema, a inviabilização das lésbicas que se reconhecem como parte do movimento GLBT, um movimento de discurso tolerante, mas sem projetos políticos. Algumas alianças estão vazias de conteúdo, como o GLBT, que, para mim, é um movimento misógino e antifeminista.

IHU On-Line - Qual é seu principal objetivo quando diz que o movimento “tem uma responsabilidade histórica de afetar este mundo”?

Ochy Curiel - Eu falo por mim, e não pelo movimento. Acredito que o lesbianismo feminista é uma proposta transformadora e revolucionária das relações de opressão e subordinação que se exerce sobre todas as mulheres. Acredito que as lésbicas feministas, como toda aquela pessoa que pensa que é possível transformar este mundo para o bem, devem trabalhar mais politicamente nos bairros, nas universidades, no movimento artístico, entre os acadêmicos, escrevendo com propostas críticas e, ao mesmo tempo, positivas. Acho que o lesbianismo feminista não somente deve centrar-se na sexualidade, como também deve considerar como afeta as raças, as classes etc. As lésbicas, as mulheres e a humanidade devem ter uma visão integral da realidade, pois o movimento deve afetar as políticas neoliberais, a guerra, o militarismo, o racismo, os fundamentalismos na vida das mulheres, isto é, atingir tudo aquilo que manifesta realmente o patriarcado em todas as suas formas atuais. Nossas propostas políticas não se diluem em temas como a identidade, pois consideram tanto nossas vidas privadas como públicas, além de nossas subjetividades macroestruturais. É uma proposta que precisa transformar-se em um projeto que transpassa fronteiras, descolonizador de nossas vidas. Essa, para mim, é a proposta do lesbianismo feminista.

Entrevista da semana

Ética teleológica: solução para o desacordo moral contemporâneo?

ENTREVISTA COM FERNANDO RODRIGUES MONTES D'OCA

“Precisamos conciliar os antigos com os iluministas, a fim de darmos conta, a uma só vez, das noções de telos e de pluralismo, tarefa que considero assaz difícil, mas nem por isso inoportuna ou improfícua, ainda mais quando leio as obras de John Rawls”, afirma o filósofo Fernando Rodrigues Montes D’Oca, na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line. D’Oca foi um dos participantes do IV Colóquio Nacional de Filosofia da História e do X Colóquio de Filosofia Unisinos, que ocorreram nos dias 27, 28 e 29 de agosto. Apresentou a comunicação Ética teleológica: solução para o desacordo moral contemporâneo? Considerações acerca de After Virtue, que inspirou a IHU On-Line a realizar a entrevista a seguir.

D’Oca é graduado em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Letras-Português/Espanhol, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É especialista em Filosofia Moral e Política, pela UFPEL, com a monografia A phronesis na Ethica Nicomachea: as formulações da boulesis-proairesis e do silogismo prático.

IHU On-Line - A ética teleológica¹⁸ é a solução para o desacordo moral contemporâneo?

Fernando Montes D’Oca - Não, a ética teleológica não pode *stricto sensu* ser entendida como solução para o desacordo moral contemporâneo. Quando falo *stricto sensu* me refiro ao que os gregos entendiam por *telos*. Esta noção, que significa fim (finalidade), e que, por sua vez, remete à idéia de felicidade, à busca da vida boa, era entendida na *polis* como uma noção de bem a ser partilhada por todos os seus membros. Havia, de certa forma, um consenso acerca da idéia de bem (do que seria

a felicidade), e, logo, o partilhamento comum dessa idéia por todos. Grosso modo, este é o esboço da ética dos antigos e medievais, ou seja, de uma ética fundada na felicidade e no bem, num *telos*, num *telos* único, por assim dizer. Com a Reforma Protestante, no entanto, a noção de *telos* único, ou ainda, de felicidade igual para todos, cai por terra. Tem-se com a Reforma, o que se pode chamar de advento do pluralismo. Ao invés de uma única concepção acerca do bem, há o emergir de outras concepções. A noção de *telos*, então, se enfraquece e o modo como os filósofos iluministas dão conta da ética é prescindindo de uma teleologia, pois não mais é possível encontrar uma única concepção de bem, se é que um dia isso foi possível, a ser partilhada por todos consensualmente. A ética que era regulada pela idéia de felicidade passa a se regular pela idéia de dever.

¹⁸ Ética teleológica: também conhecida como ética consequencialista ou ética da responsabilidade, assim é chamada quando a obrigatoriedade de uma ação deriva unicamente de suas consequências. Do grego, *telos* significa finalidade. (Nota da IHU On-Line)

Segundo os iluministas, o homem não podia agir consoante a normas para ser feliz, pois isso não o fazia autônomo, mas, sim, agir consoante a normas independente do desejo de ser feliz, porque agindo desta forma estaria então agindo moralmente. A ética, assim, torna-se um catálogo de preceitos morais e a noção de felicidade fica obnubilada, para não dizer inexistente.

O problema dessa ética do Iluminismo é que ela inevitavelmente incorre em aporias, como diria Paul Ricoeur¹⁹. A busca obstinada pela maior racionalidade possível faz com que a ética se desordene, se irracionalize, e mesmo se relativize. E é tendo presente o caótico quadro da moral contemporânea, que nada mais é do que efeito de uma ética que riscou a noção de felicidade e fez uma aposta alta demais em normas e preceitos, ou seja, um efeito da ética iluminista, que MacIntyre²⁰, em *After virtue* (1981), propõe o retorno à ética dos antigos e medievais, à ética teleológica. Dito tudo isso, parece-me que reeditar a ética dos antigos não é o caso. Reeditar uma teleologia *stricto sensu* é pouco razoável em nossa contemporaneidade tão plural, pluralidade que nem sempre é nefasta, ao contrário: muitas vezes é riquíssima. Nesse sentido, a ética

¹⁹ Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir um artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na *IHU On-Line* 49ª edição, de 24 de fevereiro de 2003, e uma entrevista na 50ª edição, de 10 de março de 2003. A edição 142, de 23 de maio de 2005, publicou a editoria *Memória* sobre Ricoeur, em função de seu falecimento. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁰ Alasdair MacIntyre (1929): nasceu em Glasgow, Reino Unido. Estudou nas universidades de Londres e Manchester. Foi professor emérito de filosofia na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Também foi docente nas universidades de Boston, Duke, Brandeis e Vanderbilt. MacIntyre também foi presidente da American Philosophical Association e produziu os livros *After virtue* (1981), em português *Depois da virtude* (Bauru: Edusc, 2001), e *Whose justice? wick rationality?* (1988), em português *Justiça de quem? Qual racionalidade?* (São Paulo, Loyola, 1991). O trabalho de MacIntyre se referiu fundamentalmente às práticas profissionais dos jornalistas, a partir da realidade norte-americana. MacIntyre é professor de filosofia na Vanderbilt University, EUA. (Nota da *IHU On-Line*)

teleológica não é solução às discordâncias da moralidade. Todavia, estou bastante convencido de que os filósofos iluministas cometeram excessos ao riscar por completo a noção de felicidade, de *telos*, da ética (afinal caímos em um preocupante relativismo), e creio que essa noção deve ser, sim, reeditada contemporaneamente, porém não como MacIntyre propõe, uma vez que a reedição de uma teleologia à moda antiga pode nos levar a banir todo e qualquer pluralismo (o que seria muito controverso). Destarte, a ética teleológica, por um lado, não é solução para o desacordo, mas, por outro, o é. Estou convencido de que precisamos conciliar os antigos com os iluministas, a fim de darmos conta, a uma só vez, das noções de *telos* e de pluralismo, tarefa que considero assaz difícil, mas nem por isso inoportuna ou improfícua, ainda mais quando leio as obras de John Rawls²¹.

***IHU On-Line* - Que possibilidades e limitações essa ética teleológica oferece para a realidade contemporânea?**

Fernando Montes D'Oca - Eu costumo brincar dizendo que a ética teleológica é bastante empática, enquanto a deontológica (dos iluministas), fundada na idéia de dever, é pouco empática. Essa última se preocupa com a forma e com o maior grau de racionalidade, busca se afastar das afecções. Já aquela, a teleológica, eu acredito que leva mais em conta o homem real, suas motivações, seus desejos, a busca da felicidade... Isso eu considero interessante na ética teleológica. Ela

²¹ John Rawls (1921-2002): filósofo, foi professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard. É autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997); *Liberalismo político* (São Paulo: Ática, 2000); e *O direito dos povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001). A *IHU On-Line* número 45, de 2 de dezembro de 2002, dedicou sua matéria de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*. Confira, ainda, o n 1º dos *Cadernos IHU Idéias*, intitulado *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria do Prof. Dr. José Nedel. (Nota da *IHU On-Line*)

apresenta uma idéia de unidade e de substancialidade, não é desencarnada. A limitação, contudo, dessa ética, reside justamente no fato de ela, *stricto sensu*, não salvar o pluralismo. Parece ser uma questão de tudo ou nada, isto é, ou todos os membros de uma comunidade (instituição) partilham de uma mesma idéia acerca do bem (*telos*, felicidade), ou não temos uma ética teleológica, ou ainda, na pior das hipóteses, “os incomodados que se retirem”, ou seja, “quem não partilha de determinada concepção de bem que vá procurar outra turma”. Isso, a mim, soa muito problemático. O bônus de termos uma ética bastante empática, fundada na idéia de *telos*, de termos uma ética à antiga, que soluciona o desacordo moral da contemporaneidade, parece ser menor do que o ônus que teremos de pagar ao banirmos o pluralismo.

IHU On-Line - Como essas idéias são desenvolvidas por MacIntyre em *After virtue*?

Fernando Montes D’Oca - MacIntyre, em *After virtue*, engendra um complicado raciocínio para chegar ao que para ele seria a solução para o desacordo moral contemporâneo, a saber, uma disjunção entre Aristóteles²² e Nietzsche²³. O futuro da ética hodierna

²² Aristóteles de Estagira (384 a. C. - 322 a. C.): filósofo grego, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas - por um lado, originais, e, por outro, reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da *IHU On-Line*)

²³ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998); *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916); e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de

estaria ou no projeto aristotélico ou no nietzschiano. Eu discordo de MacIntyre, mas acho interessante seu raciocínio. MacIntyre levanta duas hipóteses: uma de que Aristóteles estaria equivocado em sua ética (a teleologia não seria tão boa, por assim dizer), de que os iluministas estariam certos em rechaçar Aristóteles, e de que mesmo certos em tal rechaço fracassaram como propositores de algo. Diante disso, Nietzsche apareceria, mais tarde, com um projeto alternativo ao aristotélico e melhor elaborado que o dos iluministas. Logo, Nietzsche seria a solução para o desacordo moral. A outra hipótese é de que Aristóteles estaria correto em sua ética teleológica, de que os filósofos ilustrados estariam não só errados em rejeitar Aristóteles como inevitavelmente fadados ao fracasso, e de que Nietzsche, embora crítico implacável dos iluministas estaria na mesma esteira deles, pois o *Übermensch*, que nada mais seria do que a radicalização do individualismo liberal, não encontraria, como todos os reles homens, uma noção de bem dentro de uma comunidade (instituição). Destarte, reeditar Aristóteles seria a solução para o descordo da moral contemporânea. Embora controvertido em alguns pontos, eu considero muito perspicaz o raciocínio macintyreano. A escolha pela hipótese que cogita Aristóteles como estando certo em sua ética parece ser legítima. Eu me questiono, no entanto, acerca do preço que teríamos de pagar por reeditar Aristóteles.

IHU On-Line - Em tempos de niilismo ético e político, em que medida uma ética teleológica pode contribuir para diminuir esse relativismo que dissolve tudo? Como ficaria a questão da tolerância e pluralidade de credos?

capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela *IHU On-Line* edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada *Nietzsche e Paulo*. A edição 15 do *Cadernos IHU Em Formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da *IHU On-Line*)

Fernando Montes D'Oca - Creio que uma ética teleológica pode, sim, ser solução para o desordenado relativismo que vemos hoje, aliás, creio que tal ética baniria por completo o relativismo, mas não creio que a “ditadura do bem”, e, para mim, a ética teleológica não expressaria outra idéia senão essa, seja plenamente viável. E uso o termo “ditadura” justamente em sentido provocativo para contrastar com as idéias de tolerância e de pluralismo. Quando defendo pluralismo, não penso em relativismo, de forma alguma. Um pluralismo pode cair em relativismo, isto é, pode se desordenar e se transformar em um vale-tudo ético. Pensar pluralismo como um vale-tudo é problemático. É preciso que haja um consenso mínimo, em sociedade, acerca do que seja o bem, e nesse sentido eu dou o braço a torcer a uma teleologia e aplaudo MacIntyre, mas não um bem em sentido privado ou moral, segundo o que “eu creio como certo e bom para minha vida”, mas um bem em sentido público, ou político, conforme o que todos os cidadãos consensualmente podem minimamente conceber como sendo bom. Estas idéias, que aqui apresentei grosso

modo, encontram-se na obra de Rawls, autor que, para mim, dá conta muito bem do desacordo moral contemporâneo mediante a perspicaz distinção entre público e privado, ou político e moral. Estou bastante convencido de que a idéia de bem que precisamos conceber para por fim às discordâncias morais não está no campo da moral, mas, sim, da política. Pensar determinada concepção moral como certa, inevitavelmente, condena as outras a estarem erradas, e isso é controvertido, pois para pôr fim ao relativismo ter-se-ia que banir o pluralismo, e esta seria uma atitude intolerante. Conceber que cada indivíduo em sua vida privada, moral, faça o que bem entender, contanto que respeite a uma idéia de bem em sentido público (político) na sociedade, não é relativismo, mas pluralismo, e um pluralismo do gênero não só é salutar como deve ser fomentado. A ética teleológica (*stricto sensu*), ou “ditadura do bem”, só é viável contemporaneamente ou mediante a força ou mediante a concepção de que a idéia de bem tem de ser política, e não moral. Eu acredito na segunda opção.

Destaques On-Line

DESTAQUES DAS NOTÍCIAS DO DIA DO SÍTIO DO IHU

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas Notícias do Dia do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

ENTREVISTAS ESPECIAIS FEITAS PELA IHU ON-LINE DISPONÍVEIS NAS NOTÍCIAS DO DIA DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU) DE 03-09-2007 A 06-09-2007

“O leilão da Vale não foi ético, dizia D. Luciano Mendes de Almeida”

Dom Pedro Luiz Stringhini

Confira nas *Notícias do Dia* 03-09-2007

O bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, responsável pela Pastoral Carcerária e pela Comissão Episcopal, Pastoral para o Serviço da Caridade, da

Justiça e da Paz da CNNBB Dom Pedro Luiz Stringhini fala sobre a convivência com D. Luciano Mendes de Almeida e sua opinião sobre a venda da Vale do Rio Doce.

Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben.

Jasson da Silva Martins

Confira nas *Notícias do Dia* 04-09-2007

O filósofo Jasson da Silva Martins relaciona o pensamento de Giorgio Agamben com a obra de Walter Benjamin e Foucault. Para Martins, a obra de Agamben gira em torno da redescoberta da filosofia política.

Carlos Mugica, trinta anos depois de seu assassinato Domingo Bresci

Confira nas *Notícias do Dia* 05-09-2007

O sacerdote Domingo Bresci fala sobre a sua convivência com o padre Carlos Mugica e a participação de ambos no Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTU).

Saint-Simon, Fourier e Owen formularam as teorias que ainda hoje guiam a humanidade. Aloísio Teixeira

Confira nas *Notícias do Dia* 06-09-2007

O economista e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro reflete sobre as obras de Saint-Simon, Fourier, Robert Owen, e a influência desses pensadores na política atual.

“A Teologia da Cultura não se opõe à Teologia da Libertação”

Juan Carlos Scannone

Confira nas *Notícias do Dia* 06-09-2007

O filósofo Juan Carlos Scannone avalia a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, realizada em maio deste ano, em Aparecida. Na entrevista, ele comenta as tendências teológicas e filosóficas da atualidade.

ENTREVISTAS E ARTIGOS QUE FORAM PUBLICADOS NAS *NOTÍCIAS DO DIA* DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

Wikiuniversity. ‘Muitos para muitos’. A hora e a vez das novas redes sociais ditarem as regras

Gilson Schwartz e André Leme Fleury

Confira nas *Notícias do Dia* 03-09-2007

Para os líderes da Cidade do Conhecimento da USP Gilson Schwartz e André Leme Fleury, os processos de construção colaborativa de conhecimento na internet evoluíram de um processo de “um para muitos” (MIT) para um modelo de “muitos para muitos”, o que eles chamam de Wikiuniversity.

A ciberbigamia, nova causa de divórcio

Jacques Buoh

Confira nas *Notícias do Dia* 06-09-2007

Em artigo publicado no jornal *Le Monde*, em 25-08-2007, Jacques Buoh diz que a ciberbigamia vivida no

Second Life pode ser aceita como causa de divórcio e constituir um argumento determinante sobre a decisão da guarda dos filhos.

“O intelectual de esquerda desaparecerá”

Alain Badiou

Confira nas *Notícias do Dia* 06-09-2007

O filósofo Alain Badiou, em entrevista ao jornal *Clarín*, em 25-08-2007, diz que o sarkozismo e a recriação de antigas figuras militância não abrem outra alternativa senão a do radicalismo político ou adesão reacionária.

Eventos

Agenda da Semana

A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DOS EVENTOS PODE SER CONFERIDA NO SÍTIO DO IHU - WWW.UNISINOS.BR/IHU

Dia 10-09-2007

Os Componentes do Amor e a Satisfação com o Relacionamento Conjugal

Encontros de Ética

Prof Dr. Maycoln Leôni Martins Teodoro - Unisinos

Horário: das 17h30min às 19h

Local: Sala 1G 119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Dia 12-09-2007

Computação Quântica

III Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: o admirável e o desafiador mundo das nanotecnologias

Prof. Dr. Renato Portugal - Laboratório Nacional de Computação Científica

Horário: das 17h30min às 19h

Local: Sala 1G119

Filme: *Um dia sem mexicanos*, de Sergio Arau (Espanha - EUA - México)

Ciclo de Filmes e Debates - Trabalho no Cinema

Profa. Dra. Marluza Marques Harres e Profa. MS Dagmar Rosana Sordi - Unisinos

Horário: das 19h15 às 22h15min

Local: Sala 1G119

Filme: *Brazil - O filme*, de Terry Gilliam (Inglaterra) Tema: O futuro do capitalismo

Quarta com Cultura

Profa. Dra. Gláucia Angélica Campregher - Unisinos

Horário: das 19h às 21h30min

Local: Livraria Cultura - Bourbon Shopping Country, Av. Túlio de Rose, 80 - Loja 302

Dia 13-09-2007

Igreja do RS em Fórum: História e Perspectivas

IHU Idéias

Prof. Dr. Érico Hammes, da Pucrs

Horário: das 17h30 às 19h

Local: Sala 1G119

A visão de João Borges Fortes sobre os açorianos
Formação Étnica do Rio Grande do Sul na História e na Literatura
Profa. Dra. Beatriz Franzen - Professora convidada da Universidade de Lisboa
Horário: das 19h30 às 21h45min
Local: Sala 1G119

Dia 15-09-2007

Exibição de: Episódio da Revolução Farroupilha, em *A ferro e fogo*, de Hique Montanari
Formação sócio-político-econômica-cultural do Rio Grande do Sul: Olhares da produção audiovisual sobre o Rio Grande do Sul
Prof. Dr. João Guilherme Barone, da Pucrs e Profa. Dra. Eloísa Capovilla Ramos, da Unisinos
Horário: das 8h30min às 12h.
Local: Sala 1G119

O futuro do capitalismo – *Brazil*, o filme, de Terry Gilliam

QUARTA COM CULTURA UNISINOS - 2007

É difícil medir até que ponto nossa sociedade é mais burocrática que outras, mas desde a colonização do Brasil “criamos um sistema que muitas vezes é feito para não funcionar”, afirmou a professora Gláucia Angélica Campregher, docente na Unisinos, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Segundo ela, os motivos para a burocracia brasileira envolvem “amarras que impedem o livre desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo”. Campregher é a debatedora do filme de Terry Gilliam, Brazil - O filme, no Quarta com Cultura Unisinos - 2007, que acontece nesta quarta-feira, 12-09-2007, na Livraria Cultura, em Porto Alegre.

Gláucia Campregher ensina nas Ciências Econômicas e Administrativas da Unisinos. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa, é mestre em Economia pela Unicamp, com a dissertação intitulada Desdobramentos lógico-históricos da ontologia do trabalho em Marx, e doutora em Economia, também pela Unicamp, tendo sua tese o título Contribuição à crítica da Economia Política do não-trabalho. Organizou a obra Marco referencial do Plano Plurianual RS/2004-2007 (Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2002). Ela concedeu uma entrevista sobre a crise política nacional na 151ª edição da IHU On-Line, de 15-08-2005. Na edição 155, de 12-09-2005, Campregher foi uma das especialistas a discutir a criação do Centro Celso Furtado.

Ficha Técnica

Título Original: *Brazil*

Gênero: *Ficção Científica*

Tempo de Duração: *131 minutos*

Ano de Lançamento (Inglaterra): *1985*

Estúdio: *Universal Pictures / Embassy International Pictures*

Direção: *Terry Gilliam*

Sinopse: *Sam Lowry (Jonathan Pryce) vive num Estado totalitário, controlado pelos computadores e pela burocracia. Neste Estado, que lida com o terrorismo, todos são governados por fichas e cartões de crédito e ainda precisam pagar por tudo, até mesmo a permanência na prisão. Neste mundo opressivo, Sam acaba se apaixonando por Jill (Kim Greist), uma terrorista.*

A invencível burocracia brasileira

ENTREVISTA COM GLÁUCIA CAMPREGHER

IHU On-Line - Em que aspectos *Brazil - O filme* se aproxima da realidade burocrática que vivemos em nosso país?

Gláucia Campregher - Acho que a questão da burocracia é apenas uma entre tantas questões que o nosso país simboliza e que inspiraram os produtores/diretores nessa crítica fantástica que fazem ao capitalismo moderno. O *glamour* dos anos 1950, por exemplo, (no filme visto nos trajes, nos prédios, nos restaurantes etc.) serve apenas como uma aparência, uma casca, um cenário que serve para a elite se sentir bem, mas que esconde a pobreza, a sujeira, a feiúra, que é a realidade da maioria.

Até que ponto a nossa sociedade é mais ou menos burocrática que outras tantas é difícil dizer, mas é sabido que desde a nossa colonização pelos portugueses criamos um sistema que muitas vezes é feito para não funcionar, e isso não por burrice, ineficiência ou coisa que o valha. Os motivos são mais significativos, envolvendo amarras que impedem o livre desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo. Por

exemplo, a coroa portuguesa exigia que um donatário de terras (um agraciado que obtinha da própria coroa o direito de explorar a terra) provasse que as estava explorando com a máxima produtividade sob pena de perdê-las. A coroa nem tinha poder de fiscalizar isso, mas esse princípio uma vez estabelecido lhes facultava fazê-lo sempre que um desses “proprietários” a incomodasse; mantinha-os assim sob seu cabresto.

No filme, a burocracia serve para algo semelhante - serve para manter os homens ocupados e subjulgados, enquanto o importante é decidido, realizado em outras esferas sobre outras regras - nada burocráticas, nem no bom (eficiente, necessário - ao controle social, por exemplo), nem no mal sentido (ineficiente, desnecessário etc.).

Veja, não é o erro de digitação do nome de alguém, por um funcionário qualquer, que o leva à prisão, à tortura e à morte; é o regime repressor que, aliás, funciona muito bem! O “faz de conta” - que é o que a burocracia muitas vezes é -, é que é denunciado no

filme; que sugere ainda a necessidade de descobrirmos o que há por trás do “faz de conta”...

IHU On-Line - Que outras mensagens subliminares essa produção faz à nação brasileira?

Gláucia Campregher - Bem, já falei da coisa do *glamour*; há também a coisa da alegria e da felicidade “natural” do nosso povo - que o filme trabalha principalmente na música (“Aquarela do Brasil”) e nas imagens paradisíacas que ela evoca. Há a coisa da preocupação externa com a aparência - que o filme mostra no personagem que não pára nunca de fazer uma plástica atrás da outra. Todos estes são cascas a esconder algo.

IHU On-Line - O futuro do capitalismo tende a imitar essa produção da sétima arte e cobrar até pela permanência dos condenados na prisão?

Gláucia Campregher - Mas já é assim! Nos presídios privatizados mundo afora o Estado paga para os prisioneiros ficarem ali. E, é claro, somos nós então que pagamos. E nada de errado em a sociedade pagar para que indivíduos re-socializáveis o fossem (ao invés de serem educados no crime) e não socializáveis fossem afastados do convívio social. O problema é isso dar lucro pra alguém. Se a lógica do lucro impera, então quantos mais (e não menos) prisioneiros melhor, não?!

IHU On-Line - Como podemos entender a exacerbação do capitalismo, por um lado, e o crescente acesso à informação, por outro, o que, pelo menos em tese, aumentaria a capacidade de crítica e reação das massas?

Gláucia Campregher - Ah, aí já teríamos que discutir muita coisa que não cabe nesse pouco espaço. Mas, simplificada, eu diria que: 1- informação não é conhecimento e 2- conhecimento não é ação. Indivíduos críticos, reflexivos, e ativos, e mais criativos, são algo

difícil de ser produzido. Mas, veja, os gregos conseguiram - pelo menos para uns poucos. Eu credito o sucesso deles a duas coisas principais: 1) vida cívica - direito a tempo livre para reflexão e cobrança de uma ação para a comunidade em troca, ou seja, lazer e trabalho resignificados (eles têm que fazer sentido, não pode ser trabalho alienado e tempo livre vazio); e 2) educação misturada com formação integral, ou seja, não educação técnica, profissional, mas educação para a saúde e a felicidade de cada um e da sociedade como um todo (daí o peso da filosofia entre eles).

IHU On-Line - Outro traço presente em *Brazil- O filme* é o do autoritarismo. Como essa característica se relaciona com o capitalismo e suas crescentes exigências tanto para empresários, consumidores, trabalhadores, ou seja, para a sociedade em geral?

Gláucia Campregher - O autoritarismo é o outro lado da alienação. Se você não vê nada, não sabe de nada, não cria e nem participa de nada, alguém está fazendo isso por você. Se você aliena a outro o direito de dispor do seu tempo de trabalho, do que vai fazer no seu lazer, das opções do mundo da política etc., você está colaborando para construir um sistema autoritário de poder. O autoritarismo é o outro lado da vida vazia, ou esvaziada, pela burocracia, pela futilidade, pela mentira, que, muitas vezes, nos assentimos de um modo ou de outro.

Computação quântica

III CICLO DE ESTUDOS DESAFIOS DA FÍSICA PARA O SÉCULO XXI: O ADMIRÁVEL E DESAFIADOR MUNDO DAS NANOTECNOLOGIAS

O propósito final da computação quântica é “construir um computador impensavelmente mais rápido do que os computadores que dispomos hoje em dia”, afirma o físico Renato Portugal. Mas isso não quer dizer que os antigos computadores deixaram de existir ou funcionar. O professor explica que eles vão “coexistir”, já que o novo computador precisa do modelo clássico para funcionar. Assim, a computação quântica “é uma extensão da clássica”, enfatiza. A íntegra de suas afirmações pode ser conferida a seguir, na entrevista exclusiva que concedeu por e-mail à IHU On-Line. Ele adianta aspectos que abordará em sua palestra nesta quarta-feira, sobre Computação Quântica, no III Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: o admirável e o desafiador mundo das nanotecnologias.

Graduado em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre e doutor em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) com a tese Modelos cosmológicos em regime de magnetohidrodinâmica. É pós-doutor pelas universidades de Waterloo e Queen’s University at Kingston, ambas no Canadá. Escreveu Introdução à programação em Maple (Rio de Janeiro: Editora CBPF, 1996) e é um dos autores de Uma introdução à computação quântica (São Paulo: SBMAC, 2004).

Agilidade: computação quântica

ENTREVISTA COM RENATO PORTUGAL

IHU On-Line - O que é a computação quântica?

Renato Portugal - A computação quântica é uma nova área da investigação científica que muda profundamente nossas concepções sobre computação. O propósito final é construir um computador impensavelmente mais rápido do que os computadores que dispomos hoje em dia. Para isso, um ingrediente totalmente novo tem que ser introduzido: o uso de fenômenos quânticos. Uma vez que a mudança é paradigmática, toda a estrutura da computação deve ser revista, modificada e ampliada para esse novo contexto. O

mundo quântico tem algumas características notavelmente diferentes do mundo clássico. No mundo clássico, as diferentes possibilidades não podem coexistir, dois corpos não ocupam o mesmo lugar ao mesmo tempo, um automóvel não pode dobrar a esquina e seguir à frente, ao mesmo tempo, e se jogarmos uma moeda ou ela dá cara ou coroa. No mundo clássico, ou acontece isso ou acontece aquilo, de forma excludente ou sequencialmente. Um carro pode seguir reto e depois dobrar a esquina, sequencialmente. Temos a opção da computação paralela, que é adquirirmos dois carros: um deles

dobra a esquina e o outro segue reto. Nesses dois casos, temos que usar muitos recursos. No primeiro caso o processo leva muito tempo, pois precisa ser feito seqüencialmente, e, no segundo caso, o processo ocupa muito espaço, pois temos que duplicar os recursos. No mundo quântico, as diversas possibilidades podem coexistir. Um “carro quântico” pode ir em frente e dobrar a esquina ao mesmo tempo. Uma “moeda quântica” pode dar cara e coroa ao mesmo tempo. Essa característica nos parece à primeira vista estranha e não natural. Mas podemos nos perguntar como ela pode nos ajudar na computação? Vamos voltar à imagem do carro quântico que segue em frente e dobra a esquina ao mesmo tempo. Veja, temos agora duas versões do carro quântico, cada uma indo numa direção. Cada uma delas pode novamente encontrar uma esquina, e passamos a ter quatro versões. Na próxima vez, teremos oito versões, e, em pouco tempo, passamos a ter um número exponencialmente grande de possibilidades coexistindo. Será que cada versão pode executar uma tarefa? A resposta é positiva. Na computação quântica, é possível realizar uma quantidade exponencialmente grande de tarefas simultaneamente. Por exemplo, cada uma das possibilidades pode fazer um cálculo. Porém, nem tudo são flores. Após a execução dos cálculos simultâneos, é preciso extrair a informação desejada. Isso não é uma tarefa simples, pois toda vez que tentamos extrair a informação que está no nível quântico para nosso mundo clássico, ocorre uma grande perda, inevitavelmente.

***IHU On-Line* - Quais são suas principais aplicações?**

Renato Portugal - Essa pergunta pode ser formulada de outra forma. Quais são os problemas que o computador quântico resolve mais rapidamente do que o computador clássico? O computador quântico é muito mais caro do que o clássico. Se for possível resolver um problema eficientemente no computador clássico, ninguém vai querer comprar o quântico para resolver esse problema. O que se sabe hoje em dia é que o computador quântico resolve alguns tipos de problemas de forma exponencialmente mais rápida do que o

computador clássico, enquanto que para outros tipos de problemas o ganho não é tão significativo. A grande maioria dos problemas ainda está na incógnita. Não sabe se o computador quântico será muito mais rápido ou não. Isso é tema de pesquisa de ponta atualmente na área de algoritmos quânticos. De forma concreta, atualmente, podemos garantir que os computadores quânticos podem quebrar os códigos de criptografia usados correntemente e em contrapartida eles fornecem outros métodos criptográficos muito mais seguros. Eles ajudam resolver problemas de otimização envolvendo grande quantidade de dados que não podem ser ordenados. Eles podem ser usados para simular sistemas moleculares com uma enorme gama de aplicações práticas, como, por exemplo, na área de bioinformática. O aumento na capacidade de comunicação através de canais quânticos também é uma realidade.

***IHU On-Line* - Quais seriam as maiores diferenças entre a computação quântica e a computação clássica?**

Renato Portugal - Aqui é importante ressaltar que a tecnologia quântica não veio para tomar o lugar da clássica, como o CD substituiu o disco de vinil e o DVD substituiu as fitas de vídeo. O computador quântico precisa do clássico para funcionar. Eles vão coexistir. O quântico só será usado naquilo que ele realmente é mais rápido. Podemos pensar então que a computação quântica é uma extensão da clássica, pois novas características foram incluídas sem as antigas serem jogadas fora. Uma das características já foi mencionada. É possível fazer uma quantidade exponencialmente grande de tarefas simultaneamente sem onerar os recursos disponíveis. No entanto, extrair a informação desejada não é uma tarefa fácil, pois a maior parte das tarefas pode se perder se não for especificado um método inteligente para finalizar o processo. Uma segunda característica importante é o uso do emaranhamento. Os sistemas quânticos possuem uma correlação não local. Isso quer dizer que as diferentes partes do computador quântico estão interligadas de um modo totalmente diferente do que ocorre no caso clássico. Essa

característica, que é muito conhecida como o ingrediente principal para a teleportação, pode também ser usada para realização de cálculos computacionais sem equivalente clássico.

IHU On-Line - Em que aspectos a propriedade da sobreposição representa um ganho à computação quântica?

Renato Portugal - A sobreposição ou superposição é uma outra forma de se falar da coexistência das possibilidades. Este é o primeiro ingrediente a ser usado para que um algoritmo quântico tenha ganho sobre o clássico. Porém, isso não é garantia. Não existe uma receita para extrair a informação desejada de um estado de sobreposição. Cada problema tem sido analisado individualmente. Em alguns, a sobreposição permite acelerar as tarefas, enquanto que em outros não se sabe ainda como proceder. Vale a pena lembrar que o emaranhamento é outra característica que permite ganhos computacionais. O emaranhando tem uma natureza diferente da superposição. O emaranhamento só pode ocorrer em sistemas quânticos compostos. A correlação ocorre entre as partes do sistema.

IHU On-Line - Como se relacionam a computação quântica e as nanotecnologias?

Renato Portugal - A computação quântica pode ser vista como uma área da Nanotecnologia. Porém ela tem que ser vista como o maior desafio da Nanotecnologia. Sabemos que hoje em dia os laboratórios conseguem lidar com dimensões da ordem de 10 a 100 nanômetros. Veja, por exemplo, os nanotubos de carbono. As aplicações práticas da manipulação nessa escala são infundáveis. No entanto, para construir o computador quântico e fazê-lo funcionar adequadamente, é necessário manipular dimensões inferiores a 1 nanômetro. O diâmetro do átomo de Hidrogênio é da ordem de um décimo do nanômetro. O mundo do quântico é dessa escala. Ainda é um desafio. A teoria nos diz que vale a pena investir. Aplicações práticas? Temos que ter paciência. Podemos pensar também no sentido inverso, como a computação quântica

pode influenciar a Nanotecnologia. A computação quântica é capaz de simular sistemas moleculares eficientemente e isso ajuda muito na Nanotecnologia. Não é simples dizer como isso irá se dar.

IHU On-Line - A partir dessa conexão, que invenções estão por surgir nos próximos anos?

Renato Portugal - Difícil saber, mas certamente a manipulação a nível molecular e a computação quântica estão muito relacionadas. No momento que os princípios básicos são entendidos, naturalmente surgem aplicações. Daí seguem as invenções e as patentes. Mas ainda estamos tentando entender os princípios básicos. Os problemas são muito complexos.

IHU On-Line - Como essas invenções alteram ou complementam as concepções e descobertas que a Física vinha fazendo até agora?

Renato Portugal - As novas descobertas na Física geralmente ocorrem numa escala bem inferior à escala nanométrica, por exemplo, nas experiências usando os grandes aceleradores de partículas. Já se sabe que a mecânica quântica tem limitações e outras teorias mais fundamentais são usadas para explicar os fenômenos observados nos aceleradores. Todas as invenções e aplicações a nível nanométrico vem sistematicamente confirmando as previsões da mecânica quântica, de forma que a contribuição para modificar a teoria está apenas nos detalhes. Por outro lado, o uso de princípios quânticos na computação mudou fundamentalmente a Teoria da Computação.

IHU On-Line - A computação quântica é uma ferramenta para compreendermos a Teoria da Complexidade? Por quê?

Renato Portugal - É importante distinguir a Teoria da Complexidade Computacional da Teoria de Sistemas Complexos. A computação quântica está mais próxima da primeira nesse momento. A Teoria da Complexidade Computacional estuda como quantificar a dificuldade de

resolver os problemas computacionais. Os problemas são divididos em três classes. A classe P contém os problemas que podem ser resolvidos eficientemente. A classe NP contém os problemas da classe P e os problemas para os quais existe alguma chance de serem resolvidos eficientemente, mesmo que no presente ainda não saibamos como. A terceira classe consiste nos problemas que não podem ser resolvidos eficientemente, nem hoje nem nunca. Os computadores são usados no dia a dia para resolver os problemas da classe P. Por exemplo, soma e multiplicação de números. Todos os dias, os

computadores resolvem problemas que usam soma e multiplicação. Os problemas da classe NP que não estão na classe P são os preferidos dos pesquisadores. Todo pesquisador na área de computação quer saber se esses problemas, ou se apenas alguns deles, têm solução eficiente. Todas essas questões devem ser repensadas à luz da computação quântica. Voltando à pergunta: a computação quântica não ajuda na compreensão da Teoria da Complexidade Computacional: pelo contrário, a teoria fica mais complexa do que já é.

Episódio *Revolução Farroupilha, em A ferro e fogo, de Hique*

Montanari

FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICO-CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL: OLHARES DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE O RIO GRANDE DO SUL

Na opinião do jornalista João Guilherme Barone, “longe de um didatismo que tornaria o episódio não muito interessante para o público, a grande contribuição está na forma encontrada de estabelecer uma narrativa sobre eventos da Revolução Farroupilha a partir do imaginário popular.” As reflexões fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, discutindo aspectos que serão aprofundados após a exibição do episódio Revolução Farroupilha, da série A ferro e fogo, de Hique Montanari. Barone, que é docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), debaterá a produção junto da Prof.^a Dr.^a Eloísa Capovilla Ramos, da Unisinos, no evento Formação sócio-político-econômica-cultural do Rio Grande do Sul: olhares da produção audiovisual sobre o Rio Grande do Sul.

Barone é jornalista graduado pelas Universidades Gama Filho (UGF) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-Rio). Cursou aperfeiçoamento em Televisão Digital, Cenários e Prospectivas na Universidade Internacional da Andaluzia, na Espanha, onde também realizou seu mestrado em Comunicação e Indústrias Audiovisuais na Espanha. Doutorou-se em Comunicação na PUCRS com a tese Comunicação e Indústria Audiovisual. Cenários Tecnológicos e Institucionais do Cinema Brasileiro na Década de 1990. É um dos organizadores da obra Estudos de Cinema SOCINE III (3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003).

A Revolução Farroupilha a partir do imaginário popular

ENTREVISTA COM JOÃO GUILHERME BARONE

IHU On-Line - Em que aspectos o episódio *Revolução Farroupilha, de A ferro e fogo*, de Hique Montanari, nos ajuda a compreender a formação sócio-político-econômica-cultural do Rio Grande do Sul?

João Guilherme Barone - Creio que essa compreensão não se estabelece de forma integral neste episódio, na medida que a Revolução Farroupilha não é apresentada de uma perspectiva historiográfica. Longe de um didatismo que tornaria o episódio não muito interessante para o público, a grande contribuição está na forma encontrada de estabelecer uma narrativa sobre eventos da Revolução Farroupilha a partir do imaginário popular.

IHU On-Line - Como a releitura cinematográfica desse episódio retrata a história do nosso Estado?

João Guilherme Barone - Não considero esse episódio uma “releitura cinematográfica”, uma vez que ele não se estrutura com elementos do formato do produto cinematográfico convencional. Poderíamos dizer que se aproxima e dialoga com o curta-metragem, mas é originalmente criado como conteúdo para televisão. Portanto, oferece uma representação ou leitura audiovisual de um episódio histórico importante para a formação do Rio Grande do Sul. Não há um compromisso com a cronologia, nem com a visão histórica oficial, o que podemos considerar atributos de roteiro e direção, que possibilitam uma visão bastante distanciada das abordagens usuais, quase sempre enaltecidas dos feitos heróicos. Aqui, prevalece uma abordagem mais livre, uma espécie de crônica audiovisual, com soluções narrativas ousadas para o tema e isso oferece um contato diferenciado com o episódio histórico.

IHU On-Line - Fazer um filme como esse é fazer a arqueologia de nossa história? Por quê?

João Guilherme Barone - Podemos dizer que há um certo diálogo arqueológico, na medida em que o diretor propõe um tipo de “escavação”, em busca de fragmentos de memórias sobre o legado da Revolução Farroupilha. Montanari incorporou de forma precisa e adequada elementos formais do documentário para tratar do mito fundador da civilização riograndense.

IHU On-Line - De que modo *A ferro e fogo*, de Montanari, dialoga com a obra em que se baseou, de Josué Guimarães?

João Guilherme Barone - Talvez o diálogo se estabeleça a partir da importância absoluta do período Farroupilha e seus eventos para a consolidação do Rio Grande do Sul que conhecemos hoje. Entretanto, este é um processo traumático e que deixa marcas profundas no imaginário coletivo. Na obra de Josué Guimarães, há também essa identificação. O trauma de um grande conflito bélico pela insurgência de uma província que quer ser república contra o Império Brasileiro. Um conflito de uma década e que é mais uma das muitas guerras que forjaram o Rio Grande. Esse diálogo está presente em todos os episódios da série, inspirada na obra de Josué Guimarães, sem, entretanto, ser uma adaptação.

IHU On-Line - Que aspectos técnicos dessa produção você destacaria? Como eles ajudam a contar a história a que se propõe Montanari?

João Guilherme Barone - Roteiro, direção e montagem estabelecem uma tríade que permite a construção de um fluxo narrativo instigante e revelador. Montanari soube buscar soluções formais, estéticas que dão um ar de novidade sobre fatos históricos bastante conhecidos pelo público. Essa opção estética, atribuição do diretor, está expressa na fotografia, nos enquadramentos, no uso do som, na própria maneira de registrar os depoimentos e organizá-los na edição. São

elementos de uma estética pop que dialoga com o videoclipe para tratar de um tema histórico, com um outro olhar. Há, evidentemente, competência técnica que ajuda a contar a história...

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum outro aspecto não questionado?

João Guilherme Barone - Montanari vem de uma trajetória como realizador que transita pelo curta-metragem e pela

vídeo arte, passando também pelo audiovisual publicitário. Encontra na televisão um espaço receptivo ao seu perfil de narrador inquieto e preocupado com formas diferenciadas do conteúdo televisivo usual. Neste episódio de *A ferro e fogo*, demonstra competência e criatividade.

Um dia sem mexicanos, de Sergio Arau

CICLO DE FILMES E DEBATES - TRABALHO NO CINEMA

Todos os imigrantes de origem hispânica e que vivem nos Estados Unidos, “são rotulados de ‘mexicanos’”, assinala a administradora de empresas Sílvia Polgati, em entrevista por e-mail concedida à IHU On-Line. A professora destaca que essas atitudes de preconceito e discriminação são denunciadas no filme Um dia sem mexicanos, de Sergio Arau. Polgati é docente no Centro de Ciências Econômicas da Unisinos e, junto com a Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres, debaterá nesta quarta-feira o filme Um dia sem mexicanos, do diretor Sergio Arau, dentro da programação do Ciclo de Filmes e Debates - Trabalho no Cinema.

Polgati é graduada em administração de empresas, especialista em Gestão de Recursos Humanos e mestre em Ciências Sociais aplicadas com a dissertação Mutações no mundo do trabalho e Ofi-Sinos: uma resposta acadêmica? Todos os cursos foram realizados na Unisinos. Marluza Marques Harres é graduada em História, pela Unisinos, e mestre e doutora em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a tese Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio. Camaquã, Rio Grande do Sul. Docente nos cursos de graduação e pós-graduação em História na Unisinos, é uma das organizadoras das obras História oral: experiências e expectativas. Caderno de Resumos do III Encontro Regional Sul de História Oral - ABHO (São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2005) e A História da Câmara e a Câmara na História (São Leopoldo: Oikos, 2006).

Mexicanos?

ENTREVISTA COM SÍLVIA POLGATI

IHU On-Line - Que traços reais a ficção Um dia sem mexicanos traz sobre a sociedade americana?

Sílvia Polgati - O filme começa mostrando o cotidiano da população do estado da Califórnia. Um terço da população

desse estado é composto por mexicanos, centro-americanos, cubanos, colombianos, porto-riquenhos, brasileiros (não só mexicanos). A questão central do filme é mostrar o que aconteceria à Califórnia se a população latina do lugar, de

uma hora para outra, desaparecesse.

Traços reais referentes à ficção: diria que, de um lado, temos uma nação que combate a imigração de forma ferrenha, mas que no fundo se dá conta que os trabalhadores latinos, que normalmente são mão-de-obra barata e estão relacionados aos serviços básicos (empregadas domésticas, trabalhadores rurais etc.), é uma força de trabalho essencial para economia e que a nação depende desse contingente de trabalhadores. Podendo-se concluir o quanto o EUA “também” é dependente do mundo.

***IHU On-Line* - Você poderia comentar sobre o trocadilho contido no título do filme, que considera “mexicanos” todos os trabalhadores latinos nos EUA?**

Sílvia Polgati - O título do filme já denota um certo sarcasmo, pois para os norte-americanos todos os latinos são mexicanos, não importando se eles são colombianos, brasileiros, cubanos.... Lembrei de uma situação: se perguntássemos ao povo brasileiro qual a capital dos EUA certamente poucos responderiam corretamente. Por outro lado, se perguntarmos para os americanos qual a capital do Brasil, talvez a maioria não saiba, ou diga que a capital do Brasil é Buenos Aires. Estamos nos deparando com um certo conformismo? Se os americanos não sabem porque nós teríamos que saber? Será que é isso?

***IHU On-Line* - O que a imigração de trabalhadores aos EUA demonstra sobre as mudanças que o mundo do trabalho vêm passando?**

Sílvia Polgati - Segundo a socióloga Márcia de Paula Leite, do Dep. de Ciências Sociais Aplicadas da Unicamp, o mundo do trabalho é marcado por profissões que deixam de existir e novas funções que são criadas. A tecnologia tem sido apontada como o principal fator para criação e extinção de algumas profissões.

A modernização tecnológica produz no processo de trabalho dois setores polarizados em termos de suas qualificações: de um lado um pequeno setor de trabalhadores altamente

qualificados, de outro lado; todo uma massa de trabalhadores desqualificados (*Cadernos IHU idéias*, ano 3, nº 34).

Entendo que o desemprego, a informalidade, a precarização do trabalho e a corrosão dos salários são alguns fatores que impulsionam a saída dos trabalhadores de seus países de origem em busca de oportunidade de trabalho em outros países, como os EUA.

***IHU On-Line* - Como a discriminação é enfocada em *Um dia sem mexicanos*? Os trabalhadores latinos são mostrados de forma estereotipada ou condizente com sua situação naquele país?**

Sílvia Polgati - A discriminação é enfocada no filme na medida em que traz a generalização norte-americana de costume, ou seja, os imigrantes de origem hispânica são rotulados de “mexicanos”. Na verdade, o filme denuncia a situação desses imigrantes e o tratamento que lhes é conferido nos EUA. Percebo que os trabalhadores latinos são mostrados de forma estereotipada. Tomo como exemplo uma personagem no filme, uma americana de descendência latina, que trabalha em um jornal direcionado para latinos e que é obrigada por seu chefe a acentuar o sotaque que ela tem para contentar o público-alvo daquela emissora.

***IHU On-Line* - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

Sílvia Polgati - Não acho que temas como esse (situação dos imigrantes nos EUA) é algo para ser discutido e apresentado como uma comédia, como o foi em *Um dia sem mexicanos*, apesar do filme fazer uma forte crítica social e mostrar que os norte-americanos vão se dando conta que a população latina, que vive naquele país, é fundamental para o seu desenvolvimento econômico, social, cultural.

A visão de Borges Fortes sobre os açorianos

FORMAÇÃO ÉTNICA DO RIO GRANDE DO SUL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Para a historiadora Beatriz Franzen, a participação dos açorianos na colonização do Rio Grande do Sul, foi importante, principalmente, na defesa pelo “território gaúcho”, já que muitos deles participaram das “lutas, especialmente na época da invasão espanhola”, entre 1760 e 1774. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, a professora destaca a participação de José Borges do Canto, descendente açoriano, na conquista definitiva das Missões, e fala sobre os costumes da cultura açoriana, ainda presente nas comunidades espalhadas pelo interior do Estado. Franzen discutirá nesta quinta-feira, 13-09-2007, A visão de João Borges Fortes sobre os açorianos, no evento Formação étnica do Rio Grande do Sul na História e na Literatura. A obra que serve como base para a análise é Os casais açorianos - presença lusa na formação sul-riograndense (3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999).

Professora convidada da Universidade de Lisboa, Franzen é graduada em História e Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). cursou especialização em Metodologia do Ensino Superior na Unisinos e doutorado em História na Universidade de Lisboa com a tese Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo. É autora das obras Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo (São Leopoldo: Unisinos, 1999) e Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais: novos estudos (São Leopoldo: Unisinos, 2003).

Traços açorianos no Rio Grande do Sul

ENTREVISTA COM BEATRIZ FRANZEN

IHU On-Line - Qual é a visão de João Borges Fortes¹ sobre os açorianos?

Beatriz Franzen - Para Borges Fortes, a vinda dos açorianos para o Rio Grande do Sul foi fundamental, pois era necessário povoar as terras do sul do Brasil, as quais o Tratado de Madri (1750), entre os dois impérios - Portugal e Espanha -, havia reconhecido como portuguesas a partir da troca da

¹ João Borges Fortes: Natural de São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul, foi general e historiador militar. Tem grande contribuição na História Militar Terrestre do Estado. (Nota da *IHU On-Line*)

Colônia de Sacramento pela região dos Sete Povos. A ameaça espanhola que, entretanto, permanecia, levou o governo português, atendendo a antigas reivindicações de autoridades coloniais, a tratar da ocupação efetiva da região. Para isto, foi elaborado um plano de ocupação e, partindo do edital de 09 de agosto de 1747, foram selecionados casais açorianos que seriam enviados para Santa Catarina (1748) e Rio Grande do Sul (a partir dos fins de 1751).

Segundo Borges Fortes: “[...] para a felicidade dos povos que se ia criar e incrementar, fez-se a escolha de colonizadores selecionados pelos seus antecedentes morais e étnicos [...]”.

Era, portanto, uma seleção rigorosa física e moralmente [...]. Traziam eles, além desse elevado predicado moral, mais qualidades de inteligência, atividade e caráter do que os próprios filhos da velha metrópole” (Fortes, 1978, p. 29-30). Para Borges Fortes, “[...] a história dos casais é agora a história do Rio Grande” (Fortes: 1978, p. 153)

***IHU On-Line* - Como a presença lusa ajudou a compor o Rio Grande do Sul?**

Beatriz Franzen - A presença luso-açoriana contribuiu para a formação étnica, econômica e cultural do Rio Grande do Sul. Grande número de famílias do Rio Grande do Sul, através de seus sobrenomes, atestam a influência étnica dos açorianos. A produção de produtos agrícolas, necessária para o atendimento das forças militares e da população que começava a se formar, foi em grande parte originada da mão-de-obra açoriana que em suas pequenas datas correspondia a estas necessidades. Deve-se dar destaque para a introdução do cultivo do trigo, que alcançou ótimos resultados na época. No decorrer do tempo, encontramos o açoriano, também, como peão nas estâncias e como criador de gado. Culturalmente, a influência açoriana foi muito significativa e, também, persiste até os dias de hoje. Provas disso são as danças tradicionais do Rio Grande do Sul, como a Chimarita, as festas do Divino, as Cavalhadas, tão comuns em certas regiões do interior do Rio Grande do Sul, a música, a religiosidade, destacando-se o culto ao Espírito Santo. E muitos outros costumes que foram de tal forma incorporados à nossa cultura que é quase impossível distingui-los.

Também foi importante a participação dos açorianos na defesa do território gaúcho, posto que muitos foram chamados a participar das lutas, especialmente na época da invasão espanhola (1763-1774). É preciso lembrar que a conquista definitiva das Missões (1801) teve como um de seus principais líderes José Borges do Canto, descendente de um tronco açoriano, formado pelo casal João Pereira Fortes e Eugênia Rosa, ambos naturais da Ilha Terceira. Este tronco açoriano, através de suas ramificações, deu origem a várias

personalidades da história gaúcha, inclusive o próprio João Borges Fortes.

***IHU On-Line* - Quais são as principais regiões gaúchas colonizadas pelos açorianos?**

Beatriz Franzen - As principais regiões do Rio Grande do Sul colonizadas pelos açorianos foram a região sul do Estado, especialmente o litoral sul, com destaque para Rio Grande; toda a área da Lagoa dos Patos, com Pelotas, Camaquã; na península: São José do Norte, Mostardas, Bojuru; a região de Porto Alegre, o antigo Porto dos Casais; o Vale do Jacuí, com Taquari, a primeira cidade fundada pelos açorianos. Também, foram instalados em Santo Amaro, Rio Pardo, para dar atendimento às necessidades dos fortes aí localizados, Cachoeira. Do Vale do Jacuí, a partir dos fins da década de 1770, eles começaram a expandir-se em direção ao sul. É a época em que muitos começam a dedicar-se à criação de gado.

***IHU On-Line* - Taquari é o primeiro município gaúcho colonizado pelos açorianos. Como esse fato moldou o perfil sócio-econômico-cultural do município?**

Beatriz Franzen - Taquari, como já foi dito, é o primeiro povoado fundado pelos açorianos, até hoje conserva muito presente a memória de seus antepassados. Suas atividades econômicas, sociais e culturais estão bastante relacionadas à herança deixada pelos açorianos. O traçado urbano corresponde ao de uma cidade portuguesa da época da colonização bem como a arquitetura de suas casas mais antigas. Esta influência, ainda hoje percebida, não é exclusiva de Taquari, pois algo semelhante é notado em Rio Pardo e outras cidades do vale do Jacuí.

***IHU On-Line* - E quais são as maiores contribuições culturais deixadas pelos açorianos em nosso Estado?**

Beatriz Franzen - Conforme já foi exposto acima, a influência cultural dos luso-açorianos é muito grande no Rio Grande do Sul e, ainda hoje perfeitamente percebida, na

música, na dança, em festas religiosas, principalmente, na arquitetura, no traçado urbano das cidades de origem açoriana, na alimentação, especialmente através dos doces. Quando se visita os Açores, hoje, observa-se que a alimentação e, principalmente, os doces são muito semelhantes aos nossos, tortas, pudins. Além disso, é necessário nunca esquecer que o açoriano é português. A tradição de doçaria é típica dos portugueses. Mas, talvez, a

maior herança deixada pelos açorianos tenha sido aquela que João Borges Fortes assinala: “Os homens dos Açores eram quase incultos, as suas indústrias elementares, o abandono a que se viram votados atrofiaria-lhes a atividade e as iniciativas. Em compensação nenhuma das rijas fibras de suas qualidades morais se quebrantara. E foi essa a melhor herança que nos legaram” (Fortes, 1978, p.154).

Perfil Popular

Vaniz de Lurdes Ganzer de Vargas

Moradora do bairro Guajuviras, em Canoas há 20 anos, Vaniz de Lurdes Ganzer de Vargas já passou por momentos bastante difíceis ao longo da vida. A infância pobre em Palmeiras das Missões foi o seu primeiro grande obstáculo, além de começar a trabalhar com oito anos na lavoura, ajudando o seu pai. Batalhadora, feliz e admirada por todos os que estão a sua volta. Estes são traços marcantes da personalidade de Vaniz, que é mãe de Greyce Vargas, 23 anos, repórter do sítio do Instituto Humanitas Unisinos. Confira, a seguir, a entrevista concedida com exclusividade à revista IHU On-Line, na qual Vaniz falou sobre as dificuldades que superou para vencer na vida e criar os filhos e o sonho de vê-los formados.

Origens - Nascida em Palmeira das Missões, Vaniz de Lurdes Ganzer de Vargas teve uma vida privada de confortos. “Somos 10 filhos, e a nossa família era muito pobre. Desde os 8 anos, ajudava meu pai na lavoura e também ajudava a cuidar dos meus irmãos menores. Sempre tinha um bebê na casa, e alguém tinha que cuidar dele, porque a mãe ajudava o pai na lavoura.” Ela não se envergonha em falar que é de origem humilde e conta com detalhes como era a casa onde morou. “A casa tinha três quartos: o dos meus pais, um para os guris e outro para as gurias. O chão da cozinha era de chão batido, e o fogão era de feito de barro e tijolo”.

Infância e escola - Vaniz conta que costumava brincar de coisas de criança, como subir em árvores ou tomar banho de rio. “Até os sete anos, só brincava. Aos oito anos, fui para a escola.” Devido à falta de condições financeiras, Vaniz tinha vergonha de ir ao colégio. “Em dia de chuva, íamos de pés descalços. Parei de estudar na 5ª série.”

Saída de Palmeira das Missões e trabalho - Quando tinha 10 anos de idade, ela e a família saíram de Palmeira das Missões. “Meu pai era doente, tinha câncer de pele. Vendemos tudo e compramos uma casa no Morro da Cruz, em Porto Alegre.” Vaniz conta que o casal de filhos mais velho ficou na capital por dois meses, mas quis voltar para Palmeira das Missões.



Vaniz interpretando um anjo em uma peça de teatro

“Com isso, os filhos menores tiveram que trabalhar. Com onze anos, eu e a minha irmã fomos trabalhar em casa de família. Na primeira vez, fui trabalhar na casa de um casal de velhinhos. Depois, fui babá em uma casa que tinha três crianças, e também fazia todo o serviço. Desde lençol, lavava à mão, porque não existia máquina de lavar.” Como pagamento pelo trabalho, Vaniz recebia os estudos. Após oito meses de trabalho nesta casa, ela passou a ficar somente em casa, porque a sua mãe foi trabalhar fora e era ela quem cuidava das crianças. “Até os 16 anos, fiquei em casa. Depois disso, passei a trabalhar de carteira assinada, como ascensorista, na Escola de Inglês Cultural. Cheguei lá através de uma amiga da minha mãe. Aos 21 anos, saí de lá, porque eu gostava muito de ler e eles não gostavam que eu lesse no elevador. Então, fui trabalhar em uma gráfica.”

Casamento - “Meu pai criou todos nós na doutrina da Igreja. Eles eram católicos e passaram a freqüentar a Assembléia de Deus.” Vaniz freqüenta a Igreja desde os seis meses de idade, e conheceu o primeiro marido na Igreja. “Foi na Igreja Batista, em Alvorada. Eu morava em Porto Alegre. Ficamos um ano noivos e casamos. Fomos morar nos fundos da casa do meu pai. Com oito meses de casada, engravidei de minha primeira filha, a Greyce. Fiquei casada durante 10 anos. Com o tempo, passamos a não freqüentar mais a Igreja. Depois disso, me separei”.

Ida para Canoas - Faz 20 anos que Vaniz mora em Canoas, no bairro Guajuviras. “Viemos para cá em maio de 1987, e minha filha tinha três anos. Morávamos em Porto Alegre e soubemos de uma ocupação no bairro Guajuviras, porque estávamos inscritos na Caixa Econômica Federal para a compra de uma casa, e resolvemos vir para cá.” O período da ocupação foi bastante difícil, lembra Vaniz. “Usávamos luz de velas, e não tínhamos água. A gente trabalhava de dia e juntava água de noite. Percorríamos as torneiras no mato ou esperávamos o caminhão pipa para pegar água. Acho que isso se estendeu por seis meses.” Como quase todos os

apartamentos já estavam ocupados, Vaniz pegou o primeiro que estava vazio, mas não tinha garantia alguma de que o imóvel não seria invadido por outro morador. “A gente colocava uma corrente na porta, com o nome, para dizer que aquele era nosso. Tinha que ter uma pessoa ali dia e noite para cuidar, se não chegava outra pessoa e invadia. Quem cuidava o apartamento era o meu marido. Ele ficou durante 15 dias de atestado médico do trabalho para cuidar do apartamento.” Vaniz destaca que cuidar de um filho nessas condições era muito difícil. “Eu trabalhava fora o dia inteiro e deixava a minha filha, de três anos, que ainda mamava no peito, com uma vizinha.” Vaniz ainda trabalhava na gráfica e tinha uma jornada de oito horas diárias. Ao chegar em casa, nada de descanso. “Tinha que fazer o serviço da casa, fazer janta e juntar água para o outro dia. Tudo isso no escuro, porque só tinha luz nos postes de rua.”

Guajuviras - Há nove anos atrás, Vaniz optou por trocar o apartamento onde morava com a família por uma casa. “Mudar de novo, era uma novidade.” E também não causava tanto descontentamento para Vaniz. “Agora, se tornou mais difícil, porque existe muito vandalismo. O bairro está ficando muito perigoso. Tem muito assalto aqui”, explica ela, que acompanhou todo o desenvolvimento do Guajuviras. Vaniz lembra que o que mais marcou o começo da vida no bairro foram as brigas entre os vizinhos. “Muita gente incomodava, roubava. Roubavam roupas e o tudo o que pudessem. A gente tinha que ter o maior cuidado. A dificuldade também era do ônibus para ir ao trabalho. Eram muitas pessoas e poucos ônibus. Aos poucos, o Guajuviras foi crescendo.”

Segundo casamento - Depois de dois anos separada, Vaniz casou novamente. Desta união, nasceu o filho Matheus, que está com 11 anos. “Até casar de novo, morei sozinha com a minha filha e trabalhava para poder sustentá-la e pagar o apartamento.” Quando engravidou novamente, Vaniz tinha 35 anos. “Foi uma gravidez difícil, de alto risco, também por causa da idade. Depois que o meu filho nasceu, parei de

trabalhar de carteira assinada e fui trabalhar com venda de cosméticos. Faz 10 anos que eu não sei o que é tirar férias.”

Filhos - Apesar das dificuldades, Vaniz criou com dignidade os filhos, dos quais fala com orgulho. “Meus filhos são maravilhosos, não tenho do que reclamar. Minha filha, a Greyce, está se formando em Jornalismo. E meu filho, Matheus, que está com 11 anos, vai ser agrônomo. Ele diz que quer sair da cidade grande e ir para o interior, para um lugar calmo, porque ele é muito preguiçoso.”

Rotina - Além de continuar trabalhando com venda de cosméticos, Vaniz divide seu tempo entre cuidar da casa e do filho Matheus. “Tenho que manter ele no regime do colégio e controlar horário de ônibus.” Para Vaniz, menino é mais difícil de criar em relação à menina, porque ele é mais teimoso, mais preguiçoso e não é tão obediente. “Foi mais fácil criar uma menina. Ela era mais calma. As épocas mudaram. Hoje, está mais difícil, existe tanta maldade no mundo que tem que controlar tudo e cuidar mais dos filhos”.

Sonho - “Ver os meus filhos formados.”

Fé - Criada nos princípios da Igreja, Vaniz aprendeu, a importância de acreditar em uma força maior. “A minha fé é em Deus. A gente sabe que não vê Ele, mas a gente sabe que ele existe, através da saúde que a gente tem.”

Relação com a Igreja - “A Igreja é a minha segunda família”, comenta Vaniz. Ela auxilia na regência do coral, além de assistir aos cultos e louvar ao Senhor.

Momentos marcantes - A maternidade tem um forte significado para Vaniz. Ela conta que o dia do nascimento dos filhos foi o mais feliz de sua vida. “E também quando recebi o batismo do Espírito Santo. Só quem recebe entende esse momento maravilhoso.” Vaniz também passou por situações difíceis, as quais lhe deixaram marcas de tristeza. “Há algumas decepções na vida, mas não gosto de falar delas.”

IHU REPÓRTER

Maricéia Machry

A Unisinos é considerada a segunda casa para Maricéia Machry, coordenadora do setor Unisinos Carreiras. A formação acadêmica foi desenvolvida na universidade, e a primeira oportunidade de emprego também surgiu na Unisinos. Desde o ingresso no curso de Ciências Contábeis, em 1992, Maricéia passou grande parte da vida dentro da instituição. Ao longo destes 15 anos, ela construiu uma carreira fundamentada nos valores da universidade e conquistou muitas pessoas, as quais têm valiosa contribuição no seu crescimento pessoal e profissional. Em entrevista exclusiva à revista IHU On-Line, Maricéia destacou passagens marcantes de sua vida, motivada pela existência da sua filha Laura, de 2 anos. Confira, abaixo, a entrevista:



Origens - Nasci em São Leopoldo e sempre vivi nesta cidade com os meus pais e meus irmãos Márcio, de 36 anos, e Marcelo, de 43. Eu sou a filha mais nova, com 32 anos. Meu pai é funcionário aposentado da Companhia

Riograndense de Telecomunicações (CRT), e minha mãe, também aposentada, sempre exerceu a profissão de professora.

Infância - Sempre morei no Morro do Espelho. Nós morávamos muito próximos. Ao lado da minha casa, morava uma tia; nos fundos, a minha avó com outra tia. Desde pequena, convivi com os meus primos. Fazíamos muitas brincadeiras na rua, como teatro, tomar banho de chuva, brincar de esconder e andar de bicicleta. Era tudo diferente, porque não havia grades nas casas e podíamos brincar livremente. Também brincava de boneca com as minhas primas, que têm quase a mesma idade que eu. Curti muito a minha infância, sempre muito próxima à família, aos meus primos e irmãos.

Relação com a família - Tenho uma relação super boa com os meus pais e com os meus irmãos. Sou uma pessoa que valoriza muito a satisfação de estar com a família. Pelos meus irmãos serem mais velhos, e eu ser a única mulher, eles sempre me protegeram. Hoje, somos muito amigos. Todos nós somos casados. Um dos meus irmãos tem filho, eu também tenho uma filha, a Laura, de 2 anos, e eles brincam juntos. Todos os finais de semana, a gente se encontra, na casa dos meus pais, para jantar ou almoçar juntos. Não nos afastamos nunca.

Escola - Cursei até a 5ª série do Ensino Fundamental no Colégio Gusmão. Depois, fui estudar no Colégio São José, onde concluí o 1º Grau. Saí de lá, porque só tinha a opção do Magistério. Então, fui estudar no Colégio Sinodal, onde cursei o Ensino Médio. Sempre me dediquei muito aos estudos, me cobrava muito. Quando me saía um pouco mal em alguma matéria, eu ficava muito chateada. Os três colégios nos quais estudei foram

ótimos. Fiz muitas amizades, que carrego até hoje na minha vida.

Formação acadêmica - Depois que terminei o 2º Grau, prestei vestibular na Unisinos para Ciências Contábeis. Cursei as primeiras disciplinas de contabilidade e me assustei. Então, fiz um teste vocacional passei para o curso de Recursos Humanos. A opção pelo curso de Ciências Contábeis vem do gosto pelas atividades que envolvessem cálculo e documentos. No entanto, a parte mais contábil não me agradava muito. Preferi trocar para RH, porque está mais voltado ao trabalho com pessoas. Entrei na Unisinos em 1992, e me formei em janeiro de 1998. Durante um ano, fui bolsista na antiga sede da Unisinos, como secretária, e ganhava três disciplinas por semestre, o que me ajudou muito.

Trabalho - Comecei a trabalhar com 17 anos. Logo que entrei na Unisinos, procurei trabalho. Eu queria muito trabalhar em banco, e meu pai me ajudou a procurar emprego. Não consegui nada, por causa da falta de experiência. Surgiu uma oportunidade aqui na Unisinos para substituir uma pessoa que estava de licença, no serviço de enfermagem, na antiga sede. Depois de um ano, fui efetivada. Me chamaram para fazer testes para trabalhar na antiga Pró-reitoria Comunitária de Extensão. Passei nos testes, e foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, porque eu desejava muito. Sempre quis ter a minha independência, e estava tendo a oportunidade bem cedo, porque recém havia entrado para a universidade.

Unisinos - São 15 anos de relacionamento com a Unisinos, que é a minha segunda casa. Gosto muito daqui e valorizo muito as amizades que fiz e todas as pessoas com as quais trabalhei, que permitiram que eu aprendesse para ser o que sou hoje. Graças às pessoas que me ensinaram que tive a oportunidade de crescer e

ainda estar na Unisinos desenvolvendo o meu trabalho. A Unisinos me proporcionou um crescimento especial, em termos profissionais e pessoais, porque tive a oportunidade de fazer graduação, especialização e cursos de aperfeiçoamento aqui, os quais me permitiram estar onde estou.

Unisinos Carreiras - Assumi o setor, que até o final do ano passado se chamava Central de Estágios, em 1999. Valorizo muito o meu trabalho no Unisinos Carreiras e gosto bastante, porque há uma interação muito grande com as empresas e com os alunos. É possível enxergar a situação do mercado profissional e as necessidades dos estudantes. A cada dia que passa, através do meu trabalho, aprendo mais com as pessoas. Meu trabalho é muito importante na minha vida e vou levar comigo para sempre.

Família - Eu e meu marido, que é advogado, estamos juntos há 12 anos, e somos casados faz seis anos. A minha segunda maior realização foi ter tido a nossa filha, Laura. Somos muito felizes. Nós curtimos todos os nossos momentos, namoramos bastante tempo e moramos um bom tempo juntos. A minha gravidez foi muito planejada, e o melhor momento da minha vida foi o nascimento da Laura, que é o motivo da minha existência.

Pais - Pessoas que admiro e valorizo muito são os meus pais. Eles me ensinaram tudo, devo a eles tudo o que sou, e, hoje, eles cuidam da minha filha. Então, tudo o que eles transmitiram para mim estão transmitindo para ela com muito amor e muito zelo. Eles abriram mão de muita coisa para se dedicar ao desenvolvimento dela.

Sonhos - Não sou uma pessoa sonhadora; sou realista. Gosto de planejar, mas são planejamentos em curto prazo. Penso no que quero e batalho para concretizar

com mais rapidez. A minha vida é muito boa, porque o tempo foi passando e fui conquistando muitas coisas. Tudo o que tenho - trabalho, estudos, família e a minha filha - é o ideal, é o que eu sempre quis.

Política - Há muita injustiça e muita desigualdade social. Me afeta muito ver o que temos dentro de casa e a quantidade de pessoas na rua, passando dificuldades, pedindo esmola, sem ter o que comer. Existem poucas pessoas ricas e muitas pessoas pobres. Eu gostaria que o mundo fosse mais igual, que não houvesse tantas diferenças sociais.

Educação - Não é tão boa e, infelizmente, muitas pessoas não têm acesso a ela. A educação deveria ser para todos, mas não é. Muitos sequer têm condições de estudar. Para quem tem condições financeiras, a educação atende. Porém, para quem tem menos recursos não existe educação.

Lazer - Aos finais de semana, descansamos bastante, de manhã, e fazemos muitos programas com os amigos, à tarde e à noite. Assim como valorizo a família, também divido o tempo com os amigos. Buscamos proporcionar momentos juntos para que os nossos filhos possam brincar. Também gosto muito de tomar chimarrão com os amigos, sair para jantar e fazer churrascos. Às vezes, costumamos viajar para Triunfo, onde meus pais têm casa. Nas últimas férias, a Laura aproveitou bastante lá, que é um lugar muito mais tranquilo do que a vida na cidade. Minha sogra tem casa na praia, em Santa Catarina, para onde vamos durante as férias.

Leitura - Quando sobra tempo, gosto de ler livros relacionados à área de Recursos Humanos, voltados à gestão de pessoas. Também gosto de romances espíritas, como os da autora Zíbia Gasparetto.

Filmes - Gosto de cinema, mas, atualmente, tenho ido pouco, porque eu e meu marido preferimos fazer programas com a nossa filha. Meus gêneros de filme preferidos são romance e ação. Também costumo assistir a seriados, como *Friends*.

Momento triste - Quando era adolescente, perdi minhas avós, que foram muito presentes na minha infância. Com os meus avôs, convivi menos. Quando um deles morreu, eu tinha poucos dias de vida, e o outro faleceu quando eu tinha seis anos. Ter perdido as minhas avós foi o que mais marcou a minha vida.

Instituto Humanitas - O Instituto demonstra para a comunidade acadêmica, de forma bastante verdadeira, os valores da universidade, através da abordagem de temas que envolvem a realidade do nosso país. Estes temas são apresentados pelo Instituto de várias formas, devido aos eventos promovidos. Hoje, como o Unisinos Carreiras está localizado ao lado do Instituto, passei a acompanhar mais de perto e valorizar mais as ações desenvolvidas.